

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Vitória/ES, 2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretaria do Patrimônio da União

Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN's TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e da Portaria CGU 650/2014.

Vitória/ES, 2015

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	12
1.3 Organograma Funcional	18
1.4 Macroprocessos finalísticos	26
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	27
2.1 Estrutura de Governança	27
2.3 Sistema de Correição	28
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	28
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	31
3.1 Canais de acesso do cidadão	31
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	33
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	33
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	34
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	34
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	34
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	36
5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E 5.3 INFORMAÇÃO SOBRE OUTROS RESULTADOS DE GESTÃO	36
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	68
Item 33 da Parte B do Anexo II	68
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	77
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	77
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	77
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	79
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	79
7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	80
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	81
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	81
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	82
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	82
8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	84
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	91
Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	91
Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	94
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	96
12.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro 2 - Competências institucionais e fundamentos legais.....	12
Quadro 3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	19
Quadro 4 – Macroprocessos Finalísticos	26
Quadro 5 – Videoconferências realizadas em 2014	27
Quadro 6 - Avaliação do sistema de controles internos da UJ	28
Quadro 7 – Força de trabalho na UJ	77
Quadro 8 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	78
Quadro 9 – Custos de Pessoal (Em Reais – R\$)	78
Quadro 10 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	79
Quadro 11 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	80
Quadro 12 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	82
Quadro 13 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	84
Quadro 14 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	91
Quadro 15 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	94

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGU/PU - PROCURADORIA DA UNIÃO
ANATEL- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
ANASP- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ACT - ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
AFP - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
ASCOM/MP – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
BA - BAHIA
BI - INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS
BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BSC - BALANCED SCORECARD
CAD-MASSA - MÓDULO DO SIAPA PARA RECEPÇÃO E VALIDAÇÃO DE DADOS
CADASTRAIS DOS IMÓVEIS DA UNIÃO ORIUNDOS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO
CADASTRAL
CADUNICO - CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL
CAIC - CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À CRIANÇA
CAPRO - CONTROLE DE ANDAMENTO DE PROCESSOS
CAT – COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO
CCONT - COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
CDRJ - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CDRU - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO
CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CEFETS – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CGADL - COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL
CGADM - COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CGAL - COORDENAÇÃO-GERAL DA AMAZÔNIA LEGAL
CGAPF - COORDENAÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DE BENS DE USO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
CGHRF - COORDENAÇÃO-GERAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
CGTEC - COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA
CGCUP - COORDENAÇÃO-GERAL DE UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
CGGES - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
CGIPA - COORDENAÇÃO GERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO *PATRIMÔNIO*
CGOFI – COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CIF – SISTEMA DE CONTROLE DE IMÓVEIS FUNCIONAIS
CIRM - COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR
CNDU - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
CODERN - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
CODIN/MP – COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
COGEP - COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
CONSAD - CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
CONSERTÃO – ENCONTRO REGIONAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SUPERINTENDÊNCIAS DO CENTRO-OESTE E MINAS GERAIS
CPROD - CONTROLE DE PROCESSO E DOCUMENTO
CRI - CENTRO DE HABILITAÇÃO INFANTIL E ADULTO
CTE - COMISSÃO TÉCNICA ESTADUAL
CTI - COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CUB - CUSTO UNITÁRIO BÁSICO
CUEM - CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA
DAP - DECLARAÇÃO DE APTIDÃO
DARF - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS
DAS - DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR
DAU - DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
DECAP - DEPARTAMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
DEDES - DEPARTAMENTO DE DESTINAÇÃO PATRIMONIAL
DEINC - DEPARTAMENTO DE INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS
DEREP - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECEITAS PATRIMONIAIS
DF - DISTRITO FEDERAL
DIDES - DIVISÃO DE DESTINAÇÃO PATRIMONIAL
DN - DECISÃO NORMATIVA
DNER - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM
DOU - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
DSTI/MP - DEPARTAMENTO SETORIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
DW - DATA WAREHOUSE
EC - EMENDA CONSTITUCIONAL
ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ENGE - ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
EPPGG - ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

FATE - FICHA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA EXPEDITA
FCL - FICHA DE CÁLCULO DE LAUDÊMIO
FCT - FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA
FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
FIFA - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL
FIGEST - FERRAMENTAS INTEGRADAS DE GESTÃO
FIT-V - FICHA DE INFORMAÇÃO TÉCNICA DE VALORES
FNHIS - FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
GEAPN - GERÊNCIA DE ÁREA DE PRÓPRIOS NACIONAIS
GIAPU - GRATIFICAÇÃO DE INCREMENTO À ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GI/GERCO - GRUPO DE INTEGRAÇÃO E GERENCIAMENTO COSTEIRO
GO – GOIÁS
GPS – GLOBAL POSITION SYSTEM
GRPU - GERÊNCIA REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GSISP - GRATIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA
GSISTE - GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DAS UNIDADES GESTORAS DOS SISTEMAS ESTRUTURADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
GTE - GRUPOS DE TRABALHO ESTADUAIS
GTN GRUPO DE TRABALHO NACIONAL
HIS - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
IBAMA/RN - INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVIES NO RIO GRANDE DO NORTE
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
IDEMA/RN - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE
IFRN - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
IGEO/UFRR - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE RORAIMA
IGSPU - INDICADORES DE GESTÃO DA SPU
IN - INSTRUÇÃO NORMATIVA
INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
IPTU - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

KM - QUILOMETROS
LBA - FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LMEO - LINHA MÉDIA DAS ENCHENTES ORDINÁRIAS
LPM - LINHA DO PREAMAR MÉDIO
MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
MARE - MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO
MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MG - MINAS GERAIS
MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MP - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
MPO - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
MS - MATO GROSSO DO SUL
MT - MATO GROSSO
NAP - NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
ND - CÓDIGO DE NATUREZA DE DESPESA
OCI - ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO
ON - ORIENTAÇÃO NORMATIVA
NAP – NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
OC - ÓRGÃO CENTRAL
OCI – ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO
OEMAS - ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE
PA - PARÁ
PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PAE - PLANO DE AÇÃO ESTADUAL
PAN - PLANO DE AÇÃO NACIONAL
PAS - PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
PBSM - PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA
PDCA - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
PDTI - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PDRS XINGU - PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU
PFN - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
PGI - PLANO DE GESTÃO INTEGRADA
PI - PIAUÍ
PMCMV - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
PNGPU - POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PPA - PLANO PLURIANUAL
PR - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PRODETUR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PRO-SPU - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO
PVG - PLANTA DE VALORES GENÉRICOS
PTA - PLANO TÁTICO DE AÇÃO
RASE - RECEITA ANUAL DE SERVIÇO ESTRATÉGICO
RESEX - RESERVAS EXTRATIVISTAS
RF - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RFFSA - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA
RGPS - REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
RIP - REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL
RN - RIO GRANDE DO NORTE
SADEL - SERVIÇO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL
SAF - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
SAGES - SISTEMA DE ATOS DE GESTÃO
SAMF - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
SARP – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL
SEAP/PR - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SEGEP - SERVIÇO DE GESTÃO PATRIMONIAL
SEGES – SECRETARIA DE GESTÃO
SEPESP - SECRETARIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS ESPECIAIS
SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIAPA - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL
SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
SICONV - SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATO DE REPASSE
SIG - SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
SIGPLAN - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO
SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL
SIORG - SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL DO GOVERNO FEDERAL
SLTI - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SMC BRASIL - SISTEMA DE MONITORAMENTO COSTEIRO
SNPU/MC - SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS DO MINISTERIO DAS CIDADES
SNHIS - SISTEMA NACIONAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL
SNH - SECRETARIA NACIONAL DE HABITACAO
SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVACAO
SPIUNET - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMOVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIAO
SPN2000 - SISTEMA DE PROPRIOS NACIONAIS
SPOA - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO
SPU - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO
SPU/OC - ORGAO CENTRAL DA SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO
SPU/ES - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
SPU/UFS - SUPERINTENDENCIAS DA SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO
SQA - SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL
SRFB - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SSD/DW - SISTEMA DE SUPORTE À DECISÃO
SUNAB - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
TAU - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
TI - TECNOLOGIA DA INFORMACAO
TRT - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
UFRR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UFRG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
UG - UNIDADE GESTORA
UJ - UNIDADE JURISDICIONADA
UNB - UNIVERSIDADE DE BRASILIA
VOIP - VOICE OVER INTERNET PROTOCOL

APRESENTAÇÃO

Esta Secretaria de Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo – SPU/ES apresenta o Relatório de Gestão 2014 (RG 2014) referente a esta Unidade Jurisdicionada – UJ, ressaltando que:

– O capítulo 4, relativo à Ambiente de Atuação, não se aplica à SPU, de acordo com informações repassadas pela unidade central.

– O capítulo 6, relativo a Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira está no Relatório de Gestão da unidade central, não se aplicando às superintendências.

– O capítulo 10, relativo à Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental não se aplica a esta UJ, por não existir nenhuma ação de nossa responsabilidade. A administração do prédio onde se encontra esta UJ está sob responsabilidade da SAMF/ES, pertencente ao Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo.

– O capítulo 13, relativo a outras informações sobre a gestão, não foi utilizado porque todas as informações essenciais sobre a gestão estão especificadas nos demais itens deste relatório.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Relatório de Gestão Individual

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo			
Denominação Abreviada: SPU/ES			
Código SIORG: 18952	Código LOA: 47101		Código SIAFI: 170104
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.489.828/0018-01
Principal Atividade: Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário da União			Código CNAE: 8411-6-00
Telefones/Fax de contato:	(27)3211.5303	(027) 3211.5343	
Endereço Eletrônico: spues@planejamento.gov.br			
Página na Internet: http://www.patrimoniode todos.gov.br			
Endereço Postal: Rua Pietrângelo de Biase, nº 56, 7º andar, Centro, Vitória/ES - CEP. 29.010.191.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Norma de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 96.911, de 1988 e MP nº 1.795/1999			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 232/2005 anexo XII de 03/08/2005			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 6.929, de 06/08/2009			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
99999			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
999999		99999	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Quadro 2 – Competências institucionais e fundamentos legais

COMPETÊNCIAS	FUNDAMENTO LEGAL
1. Determinar a posição da LPM e da média das enchentes ordinárias	Art. 9º do Decreto-Lei nº 9.760/46 <i>Art. 9º É da competência do Serviço do Patrimônio da União (S.P.U.) a determinação da posição das linhas do preamar médio do ano de 1831 e da média das enchentes ordinárias.</i>
2. Entrega de imóvel para uso da APF direta	Art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760/46 <i>Art. 79. A entrega de imóvel para uso da Administração Pública Federal direta compete privativamente à Secretaria do Patrimônio da União – SPU.</i>
3. Identificar, demarcar, cadastrar, registrar e fiscalizar os imóveis da União, bem como efetuar regularização das ocupações	Art. 1º da Lei nº 9.636/1998 <i>Art. 1º É o Poder Executivo autorizado, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a executar ações de identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização dos bens imóveis da União, bem como a regularização das ocupações nesses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, podendo, para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada.</i>
4. Fiscalizar e zelar a destinação, o interesse público, o uso e a integridade física dos imóveis da União	Art. 11 da Lei nº 9.636/1998: <i>Art. 11 Caberá à SPU a incumbência de fiscalizar e zelar para que sejam mantidas a destinação e o interesse público, o uso e a integridade física dos imóveis pertencentes ao patrimônio da União, podendo, para tanto, por intermédio de seus técnicos credenciados, embargar serviços e obras, aplicar multas e demais sanções previstas em lei e, ainda, requisitar força policial federal e solicitar o necessário auxílio de força pública estadual.</i>
5. Zelar pela manutenção das áreas de preservação ambiental, das necessárias à proteção dos ecossistemas naturais e de uso comum do povo	Art. 11, §4º, da Lei nº 9.636/1998: <i>§4º Constitui obrigação do Poder Público federal, estadual e municipal, observada a legislação específica vigente, zelar pela manutenção das áreas de preservação ambiental, das necessárias à proteção dos ecossistemas naturais e de uso comum do povo, independentemente da celebração de</i>

	<i>convênio para esse fim.</i>
6. Demarcar terras interiores (individualização/discriminação da propriedade de terceiros)	<p>Art. 15 do Decreto-Lei nº 9.760/1946:</p> <p><i>Art. 15 Serão promovidas pelo SPU as demarcações e aviventações de rumos, desde que necessárias à exata individualização dos imóveis de domínio da União e sua perfeita discriminação da propriedade de terceiros.</i></p>
7. Alienar imóveis da União	<p>Art. 23 da Lei nº 9.636/1998 combinado com o art.1º, inciso I, do Decreto nº 3.125/1999</p> <p>Lei nº 9.636/1998</p> <p><i>Art. 23. A alienação de bens imóveis da União dependerá de autorização, mediante ato do Presidente da República, e será sempre precedida de parecer da SPU quanto à sua oportunidade e conveniência.</i></p> <p>.....</p> <p><i>§ 2º A competência para autorizar a alienação poderá ser delegada ao Ministro de Estado da Fazenda, permitida a subdelegação.</i></p> <p>Decreto nº 3.125/1999</p> <p><i>Art. 1º Fica delegada competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para, observadas as disposições legais e regulamentares:</i></p> <p><i>I – autorizar a cessão e a alienação de imóveis da União;</i></p> <p><i>II – aceitar ou recusar a doação em pagamento e a doação, como encargo, de bens imóveis à União;</i></p> <p><i>III – decidir a remição do foro nas zonas onde não subsistam os motivos determinantes da aplicação do regime enfitêutico; e</i></p> <p><i>IV – autorizar a alienação, a concessão ou a transferência a pessoa física ou jurídica estrangeira, de imóveis da União situados nas zonas indicadas na alínea “a” do art. 100 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, ouvidos os órgãos competentes, vedada a subdelegação.</i></p> <p><i>Parágrafo único. Na aceitação da doação, sem encargo, de bens imóveis à União, será observado o disposto no art. 10, inciso XIX, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.</i></p> <p><i>Art. 2º Ficam estendidas aos imóveis de propriedade das autarquias e fundações públicas as determinações contidas no Decreto nº 99.672, de 6 de novembro de 1990.</i></p>

COMPETÊNCIAS	FUNDAMENTO LEGAL
<p>8. Realizar aforamento, concessões de direito real de uso, locações, arrendamento, entregas e cessões a qualquer título</p>	<p>Art. 40 da Lei nº 9.636/1998</p> <p><i>Art. 40. Será de competência exclusiva da SPU, observado o disposto no art. 38 e sem prejuízo das competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, previstas no <u>Decreto-Lei n^o 147, de 3 de fevereiro de 1967</u>, a realização de aforamentos, concessões de direito real de uso, locações, arrendamentos, entregas e cessões a qualquer título, de imóveis de propriedade da União, exceto nos seguintes casos:</i></p> <p><i>I – cessões, locações e arrendamentos especialmente autorizados nos termos de entrega, observadas as condições fixadas em regulamento;</i></p> <p><i>II – locações de imóveis residenciais de caráter obrigatório, de que tratam os <u>arts. 80 a 85 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946</u>;</i></p> <p><i>III- locações de imóveis residenciais sob o regime da <u>Lei no 8.025, de 1990</u>;</i></p> <p><i>IV – cessões de que trata o art. 20; e</i></p> <p><i>V – as locações e arrendamentos autorizados nos termos do inciso III do art. 19.</i></p> <p>Art. 20 da Lei nº 9.636/1998:</p> <p><i>Art. 20. Não será considerada utilização em fim diferente do previsto no termo de entrega a que se refere o §2º do art. 79 do <u>Decreto-Lei nº 9.760, de 1946</u>, a cessão de uso a terceiros, a título gratuito ou oneroso, de áreas para exercício de atividade de apoio, definidas em regulamento, necessárias ao desempenho da atividade do órgão a que o imóvel foi entregue.</i></p> <p><i>Parágrafo único. A cessão de que trata este artigo será formalizada pelo chefe da repartição, estabelecimento ou serviço público a quem tenha sido entregue o imóvel, desde que aprovada sua realização pelo Secretário-Geral da Presidência da República, respectivos Ministros de Estado ou autoridades com competência equivalente nos Poderes Legislativo ou Judiciário, conforme for o caso, e tenham sido observadas as condições previstas no regulamento e os procedimentos licitatórios previstos em lei.</i></p>
<p>9. Autorizar a cessão, gratuita ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, de imóveis da União</p>	<p>Art. 18 da Lei nº 9.636/1998:</p> <p><i>Art. 18</i></p> <p><i>§3º A cessão será autorizada em ato do Presidente</i></p>

	<p><i>da República e se formalizará mediante termo ou contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas, entre as quais a finalidade da sua realização e o prazo para seu cumprimento e tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no ato autorizativo e conseqüente termo ou contrato.</i></p> <p><i>§4º A competência para autorizar a cessão de que trata este artigo poderá ser delegada ao Ministro de Estado da Fazenda, permitida a subdelegação.</i></p>
<p>10. Incorporar ao patrimônio da União os imóveis identificados e demarcados</p>	<p>Art. 2º da Lei nº 9.636/1998:</p> <p><i>Art. 2º Concluído, na forma da legislação vigente, o processo de identificação e demarcação das terras de domínio da União, a SPU lavrará, em livro próprio, com força de escritura pública, o termo competente, incorporando a área ao patrimônio da União.</i></p> <p><i>Parágrafo único. O termo a que se refere este artigo, mediante certidão de inteiro teor, acompanhado de plantas e outros documentos técnicos que permitam a correta caracterização do imóvel, será registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente.</i></p>
<p>COMPETÊNCIAS</p>	<p>FUNDAMENTO LEGAL</p>
<p>11. Realizar ou homologar avaliação de precisão do valor de mercado do domínio útil de imóveis dominiais da União situadas em zonas sujeitas ao regime enfiteutico.</p>	<p>Art. 12 da Lei nº 9.636/1998:</p> <p><i>Art. 12. Observadas as condições previstas no § 1º do art. 23 e resguardadas as situações previstas no inciso I do art. 5º do Decreto-Lei no 2.398, de 1987, os imóveis dominiais da União, situados em zonas sujeitas ao regime enfiteutico, poderão ser aforados, mediante leilão ou concorrência pública, respeitado, como preço mínimo, o valor de mercado do respectivo domínio útil, estabelecido em avaliação de precisão, realizada, especificamente para esse fim, pela SPU ou, sempre que necessário, pela Caixa Econômica Federal, com validade de seis meses a contar da data de sua publicação.</i></p> <p>.....</p> <p><i>§ 2º Para realização das avaliações de que trata este artigo, a SPU e a CEF poderão contratar serviços especializados de terceiros, devendo os respectivos laudos, para os fins previstos nesta Lei, ser homologados por quem os tenha contratado, quanto à observância das normas técnicas pertinentes.</i></p>
<p>12. Realizar ou homologar, para efeito de venda, avaliação de precisão do valor de mercado de imóvel</p>	<p>Art. 24 da Lei nº 9.636/1998:</p>

<p>de domínio da União</p>	<p><i>Art. 24. A venda de bens imóveis da União será feita mediante concorrência ou leilão público, observadas as seguintes condições:</i></p> <p>.....</p> <p><i>VII – o preço mínimo de venda será fixado com base no valor de mercado do imóvel, estabelecido em avaliação de precisão feita pela SPU, cuja validade será de seis meses;</i></p> <p><i>§ 1º Na impossibilidade, devidamente justificada, de realização de avaliação de precisão, será admitida avaliação expedita.</i></p> <p><i>§ 2º Para realização das avaliações de que trata o inciso VII, poderão ser contratados serviços especializados de terceiros, devendo os respectivos laudos, para os fins previstos nesta Lei, ser homologados pela SPU, quanto à observância das normas técnicas pertinentes.</i></p>
<p>13. Organizar e manter sistema unificado de informações sobre os bens da União</p>	<p>Art. 3º-A da Lei nº 9.636/1998:</p> <p><i>Art. 3º-A Caberá ao Poder Executivo organizar e manter sistema unificado de informações sobre os bens de que trata esta Lei, que conterà, além de outras informações relativas a cada imóvel: (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)</i></p> <p><i>I – a localização e a área;</i></p> <p><i>II – a respectiva matrícula no registro de imóveis competente;</i></p> <p><i>III – o tipo de uso;</i></p> <p><i>IV – a indicação da pessoa física ou jurídica à qual, por qualquer instrumento, o imóvel tenha sido destinado; e</i></p> <p><i>V – o valor atualizado, se disponível.</i></p> <p><i>Parágrafo único. As informações do sistema de que trata o caput deste artigo deverão ser disponibilizadas na internet, sem prejuízo de outras formas de divulgação.</i></p>
<p>14. Promover a discriminação administrativa das terras na faixa de fronteira e de outras terras da União</p>	<p>Art. 15 do Decreto-Lei nº 9.760/1946:</p> <p><i>Art. 15 Incumbe ao SPU promover, em nome da Fazenda Nacional, a discriminação administrativa das terras na faixa de fronteira e nos Territórios Federais, bem como de outras terras do domínio da União, a fim de descrevê-las, medi-las e extremá-las do domínio particular.</i></p>
<p>15. Administrar os próprios nacionais não aplicados em serviço público</p>	<p>Art. 77 do Decreto-lei nº 9.760/1946:</p> <p><i>Art. 77 A administração dos próprios nacionais aplicados em serviço público compete às repartições que os tenham a seu cargo, enquanto durar a aplicação. Cessada esta, passarão esses imóveis, independentemente do ato especial, à</i></p>

	<i>administração do SPU.</i>
16. Fixar o valor locativo e venal dos imóveis da União	Art. 67 do Decreto-lei nº 9.760/1946: <i>Art. 67 Cabe privativamente ao SPU a fixação do valor locativo e venal dos imóveis de que trata este Decreto-lei.</i>

1.3 Organograma Funcional

Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo – SPU/ES:

1. Divisão de Gestão Estratégica – DIGES;
2. Serviço de Recursos Internos – SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público – SEAPU;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio – COCAP:
 - 4.1. Seção de Incorporação de Imóveis – SEINC;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais – DIREP; e
6. Coordenação de Destinação Patrimonial – CODES:
 - 6.1. Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local – SEADL;

Quadro 3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
DIGES	<p>a) propor, consolidar e informar à Unidade Central indicadores e metas institucionais, no âmbito da gestão estratégica;</p> <p>b) apoiar a implantação e coordenar redes de gestão colaborativa de valor estratégico para a Superintendência;</p> <p>c) acompanhar e consolidar as informações para atendimento das demandas dos órgãos do Judiciário, Ministério Público e de controle, produzindo relatórios de situação;</p> <p>d) promover, em conjunto com as unidades da Superintendência, o atendimento das demandas dos órgãos do Judiciário, Ministério Público e de controle;</p> <p>e) assistir o Superintendente em suas representações políticas e sociais;</p> <p>f) coordenar as atividades de assessoramento ao Superintendente;</p> <p>g) prestar assessoria direta ao Superintendente promovendo a coordenação de projetos específicos que, a critério dele, devam ficar diretamente sob sua coordenação;</p> <p>h) apoiar a formulação, acompanhar a implantação e avaliar os resultados da PNGPU, por meio do seguinte processo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. planejamento e gestão: <ol style="list-style-type: none"> 1.1. organizar e difundir informações e instrumentos para o planejamento, a gestão e a avaliação da PNGPU; 1.2. apoiar o processo decisório estratégico por meio da organização, moderação, registro e divulgação das reuniões de planejamento das instâncias participativas; 1.3. promover, em conjunto com as demais unidades da Superintendência, a implantação de prática contínua de análise e planejamento estratégicos; 1.4. auxiliar na identificação de sinais de mudança, de oportunidades, de riscos e de estratégias emergentes; 1.5. elaborar, com base no Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão; i) apoiar tecnicamente a gestão de projetos de natureza estratégica para a execução da PNGPU; 	Anselmo Barbalho	Chefe de Divisão	Desde 15/10/2012
SERIN	<p>a) apoio administrativo: executar as atividades relacionadas à logística, à documentação e informação, ao protocolo e ao gerenciamento do acervo documental;</p> <p>b) controlar e dirigir as atividades relativas à documentação e às correspondências encaminhadas à Superintendência, às publicações oficiais, e expedição e arquivo de</p>	Ruy Ramos	Chefe de Serviço	Desde 16/03/2007

	<p>despachos e decisões do Superintendente;</p> <p>c) acompanhar, dirigir e executar a movimentação de documentos e processos de responsabilidade da Superintendência no Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos;</p> <p>d) planejar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Orçamento e de Administração Financeira;</p> <p>e) planejar e coordenar as atividades relacionadas a transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros;</p> <p>f) monitorar as atividades de programação orçamentária e financeira da SPU;</p> <p>g) orientar os atos relativos à execução orçamentária e financeira da SPU;</p> <p>h) gerenciar os procedimentos de concessão de diárias e passagens em colaboração com as demais áreas;</p> <p>i) planejar, coordenar, avaliar e controlar as atividades relacionadas à logística, ao apoio administrativo, à documentação e à informação, bem como acompanhar as políticas e ações relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais – SISG;</p> <p>j) supervisionar as atividades de protocolo, bem como fiscalizar e orientar a aplicação das normas pertinentes;</p> <p>k) orientar e dar suporte às unidades da Superintendência no tratamento dos documentos arquivísticos;</p> <p>l) propor e avaliar programa de capacitação para os servidores da Superintendência;</p> <p>m) proceder ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na Superintendência, orientando suas unidades quanto à aplicação da legislação de pessoal;</p> <p>n) prestar orientação técnica quanto à execução das atividades relacionadas ao pagamento da GIAPU;</p> <p>o) centralizar as demandas e informações relativas à infraestrutura das unidades da Superintendência, ressalvada a competência de outras áreas;</p> <p>p) administrar bens mobiliários; e</p> <p>q) organizar as atividades necessárias à gestão de material permanente e de consumo da Superintendência;</p>			
SEAPU	<p>a) prestar informações, explicações e orientações sobre serviços a serem prestados ao cidadão, procedimentos, legislação, projetos e demais informações que podem</p>	Magno Pires	Superintendente	05/11/2009

	<p>auxiliar na resolução de demandas dos usuários do patrimônio da União;</p> <p>b) fornecer formulários e entregar certidões;</p> <p>c) prestar informações relativas a processos e documentos em tramitação na SPU;</p> <p>d) protocolar documentos e solicitações encaminhadas pelos usuários;</p> <p>e) atendimento telefônico;</p> <p>f) providenciar o agendamento de reuniões entre os cidadãos e as unidades técnicas quando as informações não puderem ser fornecidas no âmbito dos atendentes; e</p> <p>g) proceder correção e alteração de dados nos sistemas da SPU, de acordo com sua alçada;</p>			
COCAP	<p>a) coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas à identificação, ao cadastramento e à fiscalização dos imóveis da União, por meio dos seguintes processos:</p> <p>1. identificação do patrimônio:</p> <p>1.1. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades de identificação (demarcação), cadastramento e levantamento, em campo, de imóveis de domínio da União;</p> <p>1.2. catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática;</p> <p>1.3. executar, monitorar e avaliar o Programa de Certificação Cadastral;</p> <p>1.4. implementar as ações de sistematização para atualizar as informações cadastrais, bem como o banco de dados espacial relativo aos imóveis da União;</p> <p>1.5. executar os relatórios das comissões encarregadas das demarcações das Linhas de Preamar Média – LPM e das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias – LMEO;</p> <p>1.6. analisar os dados de vocação de áreas;</p> <p>1.7. executar o levantamento de inconsistência cadastral, relativo ao cadastramento físico territorial;</p> <p>1.8. propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Destinação Patrimonial;</p> <p>1.9. estudar e propor metodologia para integração das bases literais com o banco de dados espacial, visando à implantação de um sistema de informação geográfica/geoprocessamento;</p> <p>1.10. propor metodologias de aprimoramento e atualização da base cadastral de imóveis da União;</p> <p>1.11. estabelecer critérios para o compartilhamento de informações cadastrais; e</p> <p>1.12. propor estudos sobre a estrutura fundiária em áreas da União e sua evolução para subsidiar o estabelecimento de prioridades regionais no contexto de ocupações e</p>	Tânia Bastos	Coordenador	15/10/2012

	<p>destinações;</p> <p>2. controle de utilização do patrimônio:</p> <p>2.1. programar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis da União;</p> <p>2.2. programar e executar as atividades de avaliação dos bens imóveis da União ou de seu interesse;</p> <p>2.3. implementar metodologias de execução, de controle e de programação de fiscalização de imóveis, conforme diretrizes emanadas pela Unidade Central;</p> <p>2.4. propor normas e procedimentos para ações de fiscalização e avaliação de imóveis da União;</p> <p>2.5. coordenar a identificação dos imóveis da União que não cumprem a função socioambiental;</p> <p>2.6. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens imóveis da União; e</p> <p>2.7. elaborar o relatório preliminar e relatório final anual da Planta Genérica de Valores;</p> <p>2.8. elaborar plano anual de fiscalização de territórios e imóveis da União; e</p> <p>2.9. atualizar o valor dos imóveis da União e a Planta Genérica de Valores na base de dados da SPU;</p>			
<p>SEINC</p>	<p>a) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra e venda, dação em pagamento, doação e usucapião administrativa;</p> <p>b) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União de imóveis oriundos da extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;</p> <p>c) coordenar as atividades de transferência de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União para composição de fundos legais ou para integrar o patrimônio de outros órgãos;</p> <p>d) planejar, coordenar e controlar as atividades de recebimento dos imóveis a serem incorporados;</p> <p>e) propiciar o controle das informações mínimas ao cadastramento do imóvel no sistema corporativo;</p> <p>f) orientar e providenciar a abertura do RIP;</p> <p>g) orientar e controlar as unidades da SPU na aquisição de bens imóveis; e</p> <p>h) planejar e coordenar as atividades de regularização documental e cartorial dos imóveis a serem</p>	<p>Faz parte da COCAP</p>		

	<p>incorporados ao patrimônio da União, por meio do seguinte processo:</p> <p>1. regularização patrimonial:</p> <p>1.1. levantar e verificar in loco os imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas;</p> <p>1.2. planejar e coordenar as ações da SPU relacionadas às medidas judiciais referentes à incorporação de imóveis ao patrimônio da União; e</p> <p>1.3. coordenar e monitorar ações voltadas à manutenção e guarda de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União;</p>			
DIREP	<p>a) coordenar e controlar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais, por meio dos seguintes processos:</p> <p>1. arrecadação:</p> <p>1.1. lançamento de créditos patrimoniais;</p> <p>1.2. arrecadação de receitas patrimoniais;</p> <p>1.3. emissão e acompanhamento do documento de arrecadação;</p> <p>1.4. acompanhamento de metas de arrecadação; e</p> <p>1.5. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU;</p> <p>2. cobrança:</p> <p>2.1. análise e controle da concessão do benefício de isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, por carência, referentes a imóveis de propriedade da União;</p> <p>2.2. inscrição e baixa de devedores no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;</p> <p>2.3. encaminhamento de créditos inadimplidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda – PGFN/MF, para inscrição na Dívida Ativa da União;</p> <p>2.4. tratamento dos créditos não alocados aos respectivos débitos;</p> <p>2.5. acompanhamento de metas de cobrança; e</p> <p>2.6. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU;</p>	João Nunes	Chefe de Divisão	02/02/2010
CODES	<p>a) programar, executar e controlar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização e à análise vocacional dos imóveis da União por meio dos seguintes processos:</p> <p>1. Habitação e Regularização Fundiária:</p> <p>1.1. executar e controlar os processos de cessão, aforamento, CDRU, CUEM, autorização de uso, autorização de obras, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação adequadas, de</p>	Kátia Alvarenga	Coordenador	15/10/2012

<p>imóveis da União, voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social;</p> <p>1.2. propor a destinação de imóveis à regularização fundiária e habitação de interesse social;</p> <p>1.3. garantir os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de domínio ou posse da União destinados para fins de habitação e moradia de provisão habitacional;</p> <p>1.4. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes; e</p> <p>1.5. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de regularização fundiária e provisão habitacional;</p> <p>2. Regularização Fundiária e Provisão Habitacional:</p> <p>2.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social;</p> <p>3. Regularização Fundiária Rural:</p> <p>3.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas rurais;</p> <p>4. Articulação Social Rural:</p> <p>4.1. auxiliar nas atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas rurais;</p> <p>5. Regularização Fundiária Urbana:</p> <p>5.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas urbanas;</p> <p>6. Articulação Social Urbana:</p> <p>6.1. auxiliar nas atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas urbanas;</p> <p>7. Administração de Bens de Uso da Administração Pública federal:</p> <p>7.1. executar e controlar a administração, conservação e manutenção dos imóveis de uso especial da União;</p> <p>7.2. implementar os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de uso especial da União;</p> <p>7.3. propor a declaração de áreas da União como de interesse para o</p>			
---	--	--	--

	<p>serviço público dos imóveis de domínio ou de posse da União;</p> <p>7.4. executar e controlar as atividades relativas à cessão de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal indireta;</p> <p>7.5. executar e controlar as atividades relativas à entrega de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal direta;</p> <p>7.6. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis de uso especial de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes; e</p> <p>7.7. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de destinação de imóveis de uso especial da União;</p>			
SEADL	<p>8.1. executar e controlar os processos de cessão, locação, arrendamento, autorização de uso, autorização de obras, inscrição de ocupação e a respectiva transferência, permissão de uso, aforamento e a respectiva transferência, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação previstas em lei, de imóveis da União;</p> <p>8.2. analisar a destinação de imóveis de posse e propriedade da União;</p> <p>8.3. coligir os elementos necessários ao registro dos bens imóveis da União destinados;</p> <p>8.4. programar, executar e controlar a destinação de imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional;</p> <p>8.5. propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Caracterização do Patrimônio;</p> <p>8.6. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes;</p> <p>8.7. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de destinação imobiliária; e</p> <p>8.8. atuar, em conjunto com os demais órgãos, no projeto Orla;</p>	Faz parte da CODES		

Fonte: Regimento Interno do MP

1.4 Macroprocessos finalísticos

Quadro 4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Caracterização	A produção e a consolidação de informações literais e cartográficas sobre os imóveis, além do monitoramento e fiscalização de eventuais ocupações irregulares dos imóveis da União.	Inscrições de Ocupação, análises cartográficas, definição de LPM, cadastramento de imóveis da União, entre outros.	Todas as áreas internas da SPU/ES, Ministério Público, Justiça e cidadão	COCAP e SEINC
Destinação	Destinação do patrimônio imobiliário e fundiário da União, sendo responsável pela utilização de critérios para administração, uso, compartilhamento, aquisição e destinação dos imóveis da União.	Portarias de autorização, permissão, cessão. Contratos de Aforamento Entre outros.	Cidadão e Órgãos Públicos	CODES e SEADL
Receitas	Coordenar, controlar e orientar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais.	Análise de solicitações da área de cobrança, Acompanhamento da adimplência e inadimplência e envio para Dívida Ativa da União Entre outros.	Cidadão	DIREP

Fonte: SPU/ES

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Os itens 2.2 (Atuação da unidade de auditoria interna) e 2.5 (Remuneração paga a Administradores) não se aplicam a esta UJ.

2.1 Estrutura de Governança

Alguns itens de gestão são utilizados no cotidiano desta Superintendência e formam sua estrutura de governança. Dentre eles:

– Planejamento Tático de Ação: É um desmembramento das diretrizes e objetivos que vem da unidade central. Cada área interna da SPU/ES compromete-se com uma série de ações para um determinado ano, após uma semana de reuniões específicas para este fim. É um direcionamento de atuação da SPU/ES para todo o ano, acordado entre as áreas internas e o Superintendente da SPU/ES.

– Videoconferências: Utilizadas como instrumento de comunicação entre a unidade central e a SPU/ES. Em seu âmbito são tratadas questões relativas à coordenação, planejamento, execução, avaliação e normatização das ações sob responsabilidade das superintendências, mas que estão sujeitas à supervisão da unidade central. No ano de 2014, a SPU/ES participou das seguintes videoconferências:

Quadro 5 – Videoconferências realizadas em 2014

Videoconferências realizadas em 2014		
DATA	PAUTA	LOCAL
28/fev	PLANEJAMENTO 2014 – subsídio fundamental para o desenvolvimento do planejamento operacional a ser apresentado por todas as SPU dos Estados e do DF.	Auditório do MPOG em Brasília e dependências do SERPRO nas capitais dos estados
9/mai	Portaria 404/2012 (que estabelece normas e procedimentos para instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixando parâmetros para o cálculo do preço público devido a título de retribuição à União)	Dependências da Caixa Econômica federal
30/mai	Apresentação do Plano Nacional de Caracterização	Dependências da Caixa Econômica federal
29/ago	Demandas definidas pela Controladoria Geral da União – CGU relacionadas às 27 Superintendências, resultantes da auditoria anual de contas no âmbito da unidade central.	Dependências da Caixa Econômica federal
31/out	Relatório de Gestão e Mensagem Presidencial; Portaria de Inscrição de Ocupação; GIAPU	Dependências da Caixa Econômica federal

2.3 Sistema de Correição

O sistema de correição do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 5.480, de 30 de Junho de 2005, tem como unidade central a Corregedoria-Geral da União – CGU. Em observância ao Decreto citado, as ações de correição têm sido acompanhadas de forma contínua pela Unidade Central da Secretaria do Patrimônio da União, que atuou como autoridade instauradora no período de 1º de janeiro a 25 de junho do exercício de 2014, uma vez que foi atribuída à Corregedoria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, a partir de 26 de junho de 2014, as ações de correição, conforme dispõem os artigos 18, 173 e 182 do Anexo II do Regimento Interno deste Ministério, objeto da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2014.

Sobre a dinâmica de trabalho, as denúncias são encaminhadas à Unidade Central, que envia à unidade responsável pela instrução processual, para que seja realizado o juízo de admissibilidade pela equipe técnica responsável, em busca de indícios de autoria e materialidade, ou ainda de eventual prejuízo ao Erário. Após o juízo prévio de admissibilidade, em caso de sugestão de arquivamento, a denúncia é encaminhada à Consultoria Jurídica do MP, que proferirá seu parecer para subsidiar a autoridade instauradora na tomada de decisão. Em caso de decisão favorável à instauração de procedimento investigativo, a Superintendência é informada para que indique os servidores aptos a compor a respectiva comissão processante. Quando do relatório final dos trabalhos, os autos seguem novamente para a Consultoria Jurídica do MP, que proferirá seu parecer final sobre a legalidade dos atos praticados, antes de serem remetidos à Autoridade Instauradora para decisão final.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 6 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: SPU/ES

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Canais de acesso do cidadão

Esta SPU/ES, na Seção de Atendimento ao Público – SEAPU, fez mais de nove mil atendimentos neste ano de 2014. Foram serviços como consulta a dívida ativa da União, averbação de transferência, solicitações de isenção de pagamentos, emissão de DARF, emissão de certidões, solicitação de informações diversas, entre outros tipos de atendimentos.

Os veículos de acesso do cidadão às informações da SPU são:

ATENDIMENTO VIRTUAL

Site do MP

www.planejamento.gov.br

Características: Criado e mantido pela ASCOM/MP, foi modernizado em 2013, dando novo conceito às informações. Serviços : Tem link com todos os serviços que a SPU presta ao cidadão virtualmente e com o patrimônio de todos. Observação: O endereço

www.spu.planejamento.gov.br aponta para a página da SPU dentro do site do MP. **Fale**

Conosco

<http://www.planejamento.gov.br/faleconosco.asp?index=mp> Características: Criado e mantido pela ASCOM/MP no site do MP. As demandas para SPU são filtradas pela ASCOM e acessadas pela Assessoria de Imprensa da SPU que encaminha por e-mail à área responsável pela resposta, diretamente ao cidadão.

Pode ser acessado pelo site do MP, pelo Balcão Virtual e pelo site patrimônio de todos.

Site Patrimônio de todos

www.patrimoniode todos.gov.br Características: Criado e mantido pela SPU/MP, para ser atualizado em rede supervisionada pela Assessoria de Comunicação da SPU.

Links com site MP, balcão virtual. Serviços: Informações sobre SPU nacional e estaduais. Acessos aos serviços prestados pela SPU aos cidadãos

Balcão Virtual

<http://atendimentovirtual.spu.planejamento.gov.br> Características: Criado e mantido pelo Serpro, depende desse contrato para fazer modificações e correções. Serviços: Atualização de endereço, Informações sobre Transferência de imóvel, Emissão e validação da CAT, Acesso a formulários para outras certidões, Emissão de DARF, Visualização dos Dados Cadastrais e situação financeira do Imóvel, Cálculo de laudêmio, Averbação de Transferência – lista de documentos e orientação.

CPROD

<http://cprodweb.planejamento.gov.br/> Características: Criado e mantido pela DIRAD/MP, não tem abertura para modificações sistêmicas. Serviços : Informações sobre o andamento do processo

Informação sobre processo localizando por assunto, interessado, número e palavras-chave

Acesso a informações de despacho no processo Problemas: Não é entendido dentro da SPU como instrumento de comunicação com o cidadão

Falta de padronização no preenchimento dos campos no sistema dificultam a localização por chave diferente do número de protocolo

Falta de consistência de informações da SPU no campo “despacho no processo”

Necessidade de mudança de cultura para uso deste instrumento pela SPU

Site Portal Colaborativo

<https://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/colaborativo>

Características: Criado e mantido pela SPU/MP, para servir como Intranet da SPU enquanto as superintendências estavam fora da rede MP

Permite a instalação de grupos de discussão e aprimoramento de temas Serviços :

Informações sobre questões internas da SPU

Criação de salas de conversa

Não permite o acesso direto do cidadão mas pode favorecer a padronização de procedimentos sobre este tema

Por não ter área definida na SPU para seu monitoramento sistemático, cada Departamento fica responsável por suas informações e por sua manutenção.

Site do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC

www.planejamento.gov.br (clicar em Central de Conteúdos em seguida em Serviços – não tem um ícone na página principal que remeta ao e-sic) Características: Criado e mantido pela ASCOM/MP

Definido e padronizado pela Lei de Acesso a Informação e pela CGU

Integrado como parte do atendimento ao cidadão Serviços : Informações relacionadas com a Lei de Acesso a Informação

ATENDIMENTO PRESENCIAL

Núcleos de Atendimento ao Público – NAP

A característica do público atendido nos NAP/SPU é de Pessoas físicas ou jurídicas que:

- a) tem direito garantido pela constituição – direito a moradia, quilombolas, indígenas;
- b) tem direito garantido pela legislação;
- c) pagam para morar em área da União – ocupantes, foreiros, etc.;
- d) moram em área da União mas são isentos de pagamento;
- e) ocupam áreas da União de forma irregular;
- f) ocupam imóveis da União oriundos de órgãos extintos;
- g) necessitam ocupar temporariamente um imóvel da União (barracas de praia, festas na praia); e outros.

Os Serviços prestados no NAP são os seguintes:

Informação sobre tramitação de processos, Orientação sobre assuntos da SPU, Orientação e recepção de documentos para Instrução processual para Aforamento, Isenção, Inscrição de ocupação, averbação de transferência, permissão de uso; Emissão e entrega de certidões, mesmo aquelas via internet, Alocação de créditos antigos, Análise de documentos que compõe os processos (para abertura, bem como substituição/atualização de documentos); Consulta sistemas/bancos de dados: SIAPA, SARP. CPROD; Cálculo de Laudêmio; Emissão de DARFs; Vistas ou cópias de

processos físicos; e Orientação e recebimento de documentos para instrução processual para Regularização fundiária. **Protocolo ou Apoio**

Trata da entrada e saída de documentos e, se necessário, presta informações diversas e recebe requerimentos.

Características:

Existe em todas as unidades da SPU

- Definido e padronizado pela DIRAD/MP
- Utiliza como base de informação o CPROD
- É o núcleo que insere documentos no CPRODServiços :
- Informações relacionadas com a entrada e saída de documentos da SPU

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Embora a Secretaria do Patrimônio da União – SPU ainda não tenha uma cartilha publicada com os serviços que presta, colocou à disposição do cidadão todas as informações relacionadas aos serviços por ela prestados em página no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (<http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=72&sec=9#servicos>) e em sítio próprio (<http://patrimoniode todos.gov.br/servicos>).

Entretanto, tendo em vista a crescente demanda por informações úteis, resolutivas, atualizadas, confiáveis, de rápido e fácil acesso, o Governo Federal desenvolveu o Guia de Serviços, canal integrador que facilita o acesso de cidadãos e empresas aos serviços federais, onde o cidadão terá a sua disposição informações sobre o serviço desejado, onde e como obter o serviço, relação de documentos necessários, entre outros. O Guia pode ser acessado pelo endereço www.servicos.gov.br e nele já constam alguns serviços prestados pela SPU e serão introduzidos os demais serviços disponíveis ao cidadão.

A Unidade Central da SPU está trabalhando para transformar as informações do Guia e outras informações sobre nossos serviços em cartilha de informações. A previsão é de que a cartilha esteja impressa, lançada e disponibilizada nas SPU nos Estados e Distrito Federal e nos Cartórios de Registro de Imóveis por meio de parceria com a ANOREG, no segundo semestre de 2015.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Sabendo que a avaliação da satisfação dos usuários dos serviços públicos possibilita direcionar as ações da Administração Pública do Governo Federal para uma administração pública mais ágil, eficiente e com foco no cidadão, estamos em contato com a Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), envolvida no projeto chamado eIPPS – Instrumento Padrão de Pesquisa e Satisfação, que tem os seguintes objetivos:

- Possibilitar ao cidadão um canal de participação na avaliação dos serviços públicos ofertados pelas instituições governamentais, e;
- Permitir às instituições governamentais um veículo de aferição da qualidade de seus serviços através de pesquisas de satisfação frente ao cidadão

A ferramenta está disponível (<http://eipps-gespublica.planejamento.gov.br/eIPPS/>) desde dezembro de 2014 e a contratação do consultor para elaboração dos questionários foi efetivada na segunda quinzena de fevereiro de 2015.

Desta forma, a SPU iniciará o processo de pesquisa de satisfação do atendimento nas unidades jurisdicionadas da SPU a partir de maio/2015, após elaboração dos questionários e avaliação destes pelo consultor contratado. Os questionários serão aplicados de todas as formas permitidas pela ferramenta, ou seja, nos sites do MPOG e SPU, via e-mails cadastrados e de forma impressa nos postos de atendimento ao cidadão nos Estados e Distrito Federal.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Sítio eletrônico da SPU/ES:

<http://patrimoniode.todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-es>

As informações na página desta Superintendência incluem dentre outras: a localização da superintendência, horário de atendimento ao público, acesso aos Sistemas dos imóveis da União e do Sistema de Processos Administrativos, os quais estão atualizados sempre que necessário.

As notícias locais são encaminhadas ao unidade central, através do “Cá entre Nós”, e o mesmo inclui as notícias na página inicial do site patrimoniode.todos.gov.br.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

A SPU (unidade central) entrou em tratativas com a Secretaria de Gestão, mais especificamente com a GESPÚBLICA, para utilizar recursos tecnológicos que aquela unidade possui para avaliação de desempenho. A ferramenta encontra-se em fase de revisão e tão logo esteja disponível a SPU acionará a área pra iniciar o processo de avaliação das UJ.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

Esta SPU/ES está instalada fisicamente no Prédio do Ministério da Fazenda, em Vitória/ES.

As alterações físicas e o gerenciamento relativo às normas de acessibilidade a esta unidade são gerenciadas pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda – SAMF/ES.

Dentro do edifício, particularmente do andar ocupado por esta SPU/ES, existem elevadores e amplo espaço para circulação, dada a disposição física das salas e móveis de trabalho. Além disso, a área de espera de atendimento ao público fica no térreo, inclusive com rampa de acesso à Seção de Atendimento ao Público e vaga própria em estacionamento.

Acessibilidade Virtual

Portal do MP

- Foi desenvolvido de forma a oferecer o máximo de acessibilidade aos visitantes, seguindo as diretrizes e a metodologia do e-MAG – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e do e-PWG – Padrões Web em Governo Eletrônico.
- Essa acessibilidade se traduz na facilidade de navegação com teclas de atalho. Para conhecer essas teclas o cidadão tem que acessar a aba Acessibilidade no alto da página principal do site do MP.
- Não localizamos recursos de aumento de letras ou outros recursos facilitem o acesso às informações do site. Como se trata de um site ainda em construção, acreditamos que esses recursos serão implantados num futuro próximo.

Site Patrimonioidetodos

- Usa o Open Source Content Management System Plone e foi projetado para ser completamente acessível e usável, estando em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG v1.0).

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Esta SPU/ES trabalha com Planejamento Tático, alinhado com o Planejamento Estratégico da unidade central, visando cumprir com sua missão institucional e alcançar as diretrizes e objetivos planejados para cada ano.

O item 5.2 (Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados) está no RG da unidade central, não se aplicando às Superintendências.

O item 5.5 (Informações sobre custos de produtos e serviços) não se aplica à SPU, de acordo com informações repassadas pela unidade central.

5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E 5.3 INFORMAÇÃO SOBRE OUTROS RESULTADOS DE GESTÃO

Coordenação de Caracterização – Ações Concretizadas

Foram aprovadas as seguintes LPM's:

No trecho do litoral do Estado do Espírito Santo, compreendido entre a margem esquerda do rio Preto, divisa dos municípios de Fundão e Aracruz, passando pelo município de Aracruz, se estendendo até a margem direita do rio Preto, afluente do Rio Doce, na localidade de Regência, município de Linhares.

No trecho entre Pontal de Camburi e a margem direita do Córrego Pelado, município de Serra.

Foram publicados os Editais referentes ao Art. 13 do Decreto-lei 4.9760/46 das LPM's de Aracruz/Regência-Linhares e Camburi/Córrego Pelado.

Foi publicado o Edital referente ao Art. 11 do Decreto-lei 4.9760/46 da LPM de Goiabeiras. Iniciado a entrega das notificações pessoais.

Foram cumpridos os ditames do Decreto-Lei 9.760/46 referentes aos artigos 11 e 13 da LPM nos municípios de Aracruz/Regência-Linhares.

Foram encaminhadas para a SPU as notificações relativas ao artigo 11 do DL 9.760/46 da LPM de Bento Ferreira e Jesus de Nazareth para que sejam enviadas pelos Correios, com AR, via SERPRO de Brasília.

Cadastramentos, desmembramentos e inscrições novas – 1.331 RIP's.

Atividades cadastrais, como modificações de inconsistências cadastrais – 87.000 aproximadamente, acertos.

Atendimento a processos judiciais, como exemplo os processos de Usucapião e Ação Ordinária – 1.129 ofícios, aproximadamente.

Atendimento a 229 ofícios como exemplo Ministério Público Federal, INCRA, Prefeituras, Defensoria Pública, Procuradoria da República do ES, IEMA, Governo do Estado do ES, Justiça Federal, Procuradoria Regional do Trabalho, Poder Judiciário de Linhares, entre outros.

Atualização da PGV – Planta Genérica de Valores da SPU/ES nos 15 municípios do ES e inserção de, aproximadamente, 2.000 logradouros no SIAPA.

Análise da área nos 08 pedidos para liberação de energia elétrica junto à ESCELSA.

Análise das avaliações de precisão apresentadas pelos demais órgãos para homologação – 21.

Diversas vistorias, para acompanhamento do projeto Orla, junto a CODES.

Diversas vistorias para identificação de áreas ocupadas irregularmente.

Dos 3.760 processos que entraram na COCAP, foram analisados 3.763 processos, aproximadamente.

No ano de 2014, a equipe de fiscalização da SPU/ES realizou fiscalizações na forma preventiva em todos os Municípios litorâneos do Estado do Espírito Santo, dando prosseguimento nas ações de fiscalização das áreas de uso comum do povo – praias, atendendo também as demandas das Prefeituras, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Advocacia-Geral da União (AGU/ES) e denúncias.

As fiscalizações preventivas, tem como objetivo coibir as ocupações irregulares, pois o Estado do Espírito Santo sofre forte expansão imobiliária em direção à orla, com empreendimentos comerciais, hoteleiros, condomínios residenciais e a indústria de lazer, que em muitas das vezes vêm provocando um incremento de uso e ocupações irregulares de áreas de bens de uso comum do povo.

Como resultado das fiscalizações, foram realizadas ações de remoções, expedidas notificações e autos de embargo, relatórios de fiscalização.

Durante o exercício de 2014, a equipe de fiscalização da SPU/ES exerceu seu poder de polícia, em operações que foram realizadas em conjunto com as prefeituras de Vila Velha, Serra e Itapemirim, que teve como resultado a remoção de CERCA, TENDAS e QUIOSQUES, que contribuiu para desobstruir as áreas da União e diminuir a poluição visual que tais equipamentos causavam nos locais objeto das ações, não sendo registrado novas ocupações irregulares.

MUNICIPIOS LITORÂNEOS FISCALIZADOS = 14 (QUATORZE)

As fiscalizações foram divididas por regiões, assim compostas:

Região Sul: Presidente Kennedy; Marataízes; Itapemirim; Piúma; Anchieta.

Região Norte: Conceição da Barra; São Mateus; Linhares; Aracruz.

Região Metropolitana: Guarapari; Vila Velha; Vitória; Serra; Fundão.

NOTIFICAÇÕES:

Foram expedidas 25 (VINTE E CINCO) notificações para ajuste por ocupação irregular em área da União, sendo:

Município da SERRA/ES	= 15
Município de VILA VELHA	= 05
Município de PRESIDENTE KENNEDY	= 01

Município de CONCEIÇÃO DA BARRA	= 01
Município de ITAPEMIRIM	= 01
Município de GUARAPARI	= 01
Município de SÃO MATEUS	= 01

AUTO DE EMBARGO:

Foram expedidos 03 (três) autos de embargo por ocupação irregular em área da União, nos municípios de:

Vila Velha	02
Guarapari	01

REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS IRREGULARES DE ÁREA DA UNIÃO.

Foram removidos 42 (quarenta e dois) equipamentos irregulares, sendo:

Município de Vila Velha: 1(uma) – CERCA – Praia Formosa

Município de Itapemirim: 32 (trinta e duas) – BARRACAS DE MADEIRA – Praia de Itaoca e Itaipava

Município da Serra: 4 (quatro) – QUIOSQUES – Praia de Bicanga

Município de Marataízes: 5 (cinco) QUIOSQUES – Praia Cidade Nova

OFÍCIOS DEMANDADOS (RECEBIDOS) FISCALIZAÇÃO	44
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU/ES	08
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/ES	26
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/ES	04
PREFEITURAS	06

OFÍCIOS RESPONDIDOS -FISCALIZAÇÃO	62
-----------------------------------	----

No Planejamento Tático de Ação da SPU – SPU/ES, para o exercício de 2014 foi planejado 60 (sessenta) fiscalizações/vistorias a ser realizada pela equipe de fiscalização, sendo:

35 (trinta e cinco) para a Região Norte (litoral) e

41 (quarenta e uma) para a Região Sul (litoral).

Foram realizadas 46 (quarenta e seis) fiscalizações/vistorias, sendo:

17 (dezesete) para a Região Norte (litoral);

16 (dezesesseis) para a Região Sul (litoral);

13 (treze) para Região Metropolitana (Grande Vitória).

Com relação ao Serviço de Incorporação, esta SPU/ES alcançou os seguintes resultados:

Macroprocesso	Descrição da Ação	Produto/Serviço	Município	Indicador	Meta	Realizado	Data de atualização
Incorporação/regulamentação patrimonial dos imóveis de uso especial – Próprios Nacionais	Procedimentos de registro no cartório de imóveis para posterior destinação	Registros efetivados perante do RGI	Domíngos Martins	Imóvel incorporado	1	1	17/11/2014
Incorporação/regulamentação patrimonial dos imóveis de uso especial – Próprios Nacionais	Procedimentos de registro no cartório de imóveis para posterior destinação	Registros efetivados perante do RGI	Domíngos Martins	Imóvel incorporado	1	1	17/11/2014
Incorporação/regulamentação patrimonial dos imóveis de uso especial – Próprios Nacionais	Procedimentos de registro no cartório de imóveis para posterior destinação	Registros efetivados perante do RGI	Iconha	Imóvel incorporado	1	1	17/11/2014
Incorporação/regulamentação patrimonial dos imóveis de uso especial – Próprios Nacionais	Realização de vistoria “in loco”	Registros efetivados perante do RGI	Linhares	Imóvel incorporado	1	0	17/11/2014
Incorporação/regulamentação patrimonial dos imóveis de uso especial – Próprios Nacionais	Procedimentos de registro no cartório de imóveis para posterior destinação	Vistoria	Linhares	Vistoria realizada	1	1	17/11/2014

especial Próprios Nacionais	-						
Incorporação/regu- larização patrimonial dos imóveis de uso especial Próprios Nacionais	-	Procedimentos de registro no cartório de imóveis para posterior destinação	Registros efetivados perante do RGI	Sant a Teres a	Imóvel incorporad o	5	5

Obs.: O imóvel situado no município de Guarapari não foi possível concluir o registro porque, segundo o cartório do RGI, tratava-se de título de aforamento que deixou de ter validade a partir do novo C. Civil.

Em virtude disso, o processo foi encaminhado ao Serviço de Destinação para regularização da cessão ao Estado do Espírito Santo, apenas das benfeitorias.

Destaque-se, igualmente, duas ações importantes que constavam do PTA/2014:

I) Regularização dominial do terreno ocupado pelo IFES – Campus Vitória, mediante cessão sob o regime de aforamento, pendente desde o ano de 1909;

II) Conclusão do procedimento de permuta de áreas para ampliação do aeroporto de Vitória, mediante lavratura do contrato de permuta com força de escritura pública, em fase final de registro perante do cartório do RGI.

Em relação às ações e resultados relativos à gestão dos imóveis não operacionais da extinta RFFSA:

1_ Com relação ao Memorando-Circular nº 167/DEINC/SPU/MP de 08 de dezembro de 2014, prestamos as informações necessárias ao DEINC, através do Memorando 392/2014/SEINC-SPU-ES de 26 de Dezembro de 2014, informando sobre o andamento dos processos:

2_ **Processo 04947.000756/2014-33 e 04947.000115/2014-89**, Imóvel não operacional locado à **Companhia Docas do Espírito Santo** que já foi copiado e enviado para a DIREP visando inscrição em Dívida Ativa da União;

3_ Quanto aos Processos **04947.000839/2011-80**, que trata da Regularização do **Posto Médico de Cachoeiro de Itapemirim**, que encontra-se na DIREP desde 03 de dezembro de 2013, visando inclusão em Dívida Ativa da União, e o **Processo 04947.001278/2009-11** Imóvel não operacional locado as **Obras Passionistas**, que encontra-se também naquele setor desde 04 de novembro de 2014, visando alocação de débitos, ainda não retornaram para esta Seção de forma que possamos dar encaminhamento ao processo de incorporação, através de solicitação aos Cartórios de Registro Geral, com base no artigo II da Lei 11.483/07;

4_ Quanto ao Processo **04947.000894/2010-99** que trata da regularização do imóvel **R. FX. Ferr. Errad. No município de Alegre, o mesmo retornou da DIREP com a informação** de que os débitos em aberto no valor de R\$ 1.128,02 não configuram dívida pendente para inclusão em

Divida Ativa da União, portanto esta Seção de Incorporação além de pedir a Incorporação via Cartório de Registro Geral, com base no artigo II da Lei 11.483/07, deverá ser tramitado para a Superintendencia Regional do DNIT visando dar conhecimento da transferência da documentação do imóvel em referência, nos termos do Memorando 83 de 2008.

5_Alerto para o fato de que o **Processo 04947.000621/2011-25**, relativo à regularização do Imóvel não operacional NBP 3202058, locado à Prefeitura Municipal de Domingos Martins _ **Estação de Domingos Martins**, que também encontra-se com débitos em aberto, foi enviado para a Superintendencia do DNIT, visando manifestação quanto à efetiva localização em faixa de domínio, em função do PARECER N° 0872 – 5. 12/2014/DPC/CONJUR-MP/CGU/AGU.

6_A Continuidade dos trabalhos relacionados à gestão financeira dos contratos integrantes da Carteira Operacional, tais como arrecadação, cobrança, envio de dívidas para inclusão na Dívida Ativa da União, o que resultou conforme relação que segue em anexo, no envio de mais 14(catorze) processos para a DIREP, perfazendo um total de 22(vinte de dois) processos da Carteira IMobiliária que estão naquela divisão, sendo que 15 (quinze) apresentam débitos em aberto e 3 (tres) deverão ter rescisão de contrato diretamente no SARP, mas que entretanto deverão retornar a esta Seção de Incorporação para as Incorporações nos Cartórios.

7_12 (doze) processos que já haviam sido enviados para a Superintendência Regional do DNIT visando manifestação quanto à localização efetiva em faixa de domínio e interesse na manutenção, regularização e destinação.

8_Conforme solicitação ratificamos que 7(sete) processos de imóveis tiveram as peças principais copiadas e enviadas para o DEINC por se tratar de imóveis localizados em faixa de domínio, incluindo-se mais um, perfazendo o total de 8(oito) imóveis.

9_Dos 7(sete) ainda encontram-se sob análise nesta Seção, 2(dois) imóveis foram Incorporados via Cartório, e tratam-se do Pátio da Estação Coutinho e a Casa de Turma da mesma localidade.

10_Observo ainda que desde 2012 encontram-se na COCAP/SPU/ES , 18(dezoito) Processos da Carteira imobiliária que foram transferidos como imóveis alienados e estamos aguardando a manifestação daquela Divisão quanto à localização dos imóveis anteriormente citados em terrenos de marinha ou acrescidos, para que possamos expedir os Termos de Quitação. Quanto a estes últimos, além dos 4(quatro) expedidos até novembro, acrescentou-se mais 2 (dois) Termos de Quitação de imóveis alienados e localizados em Argolas, Vila Velha, e cujos documentos não foram transferidos pela Carteira Imobiliária, mas foram entregues pela Inventariança.

SEÇÃO DE INCORPORAÇÃO

INCORPORAÇÃO E REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL DA EXTINTA RFFSA

UF	UR	CONTRATO	TIPO	SITUAÇÃO DO CONTRATO	NOME	CNPJ	CPF	NBP	PARCELA	LOGRADOURO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	DESTINAÇÃO	DMDA	DATA DMDA	PROCESSO SPUES	LOCALIZAÇÃO DO PROC.	CAIXA	DATA DE ÚLTIMO TRAMITE
ES	80	5136	A	J	JOAO VIEIRA		47965680730			RUA LESTE	22 ARGOLAS	VILA VELHA		51301,36		04947.001729-2010-64	SEINC	MARISTELA	25/08/14
ES	80		A	J	JOSEFÁ JESUS FRANCO PREF. ALEGRE											04947.000879-2010-41	SEINC	CAIXA 2	
ES	80	1619	L	J	MARLUZIA FIQUEIREDO MACHADO E OUTROS		58703720600	3001437		R ASPASIA VAREJAS DIAS, N.221 FUNDOS	DO LOTE 10, DA FAMÍLIA MOREIRA	MIANA	RENEGOCIAR	3024	31/07/2013	04947.001959-2011-50	SEINC	CAIXA 3	21/08/14
ES	80	1360	L	A	DEODETH HONORATO MOREIRA		19571349791	3201923		0R THERS VELOSO	N.75 CENTRO / DEODETH	MARECHAL FLORIANO	DIVIDA ATIVA	30548,55	31/07/2013	04947.000868-2010-61		DIREP FAIXA DE DOMINIO	28/01/15
ES	80	1534	L	A	REINALDO DIAS DAMASCENO		44843062634	3001440		5 AV PRESIDENTE KENNEDY,	N.77 CENTRO R.DAMASCENO	MARECHAL FLORIANO	DIVIDA ATIVA	20333,23	31/07/2013	04947.001758-2010-16		DIREP FAIXA DE DOMINIO	02/02/15
ES	80	1511	L	A	ADELICIA DE SOUZA PIO **		90423038753	3200000	149R	MANOEL RODRIGUES DA COSTA,	N.221 KM 457 GAQ, ADEL.S.PIO	ATILO VIVACQUA	DIVIDA ATIVA	25292,68	31/07/2013	04947.001319-2011-94		DIREP FAIXA DE DOMINIO	02/02/15
ES	80	93	L	A	TEREZINHA DE JESUS ROSSATO ESP. CPF		17401402734	3203302		0R.BOM JESUS DO LIVRAMENTO, N.35	ESTACAO	GUACU	DIVIDA ATIVA	38302,27	31/07/2013	04947.001312-2011-72		DIREP	02/02/15
ES	80	1489	L	A	ALVARO MATEUS DA SILVA A/C 'SR.DENGO'		229274716	3001437		6R ASPASIA VAREJAS DIAS	N.37 LT5	MIANA	DIVIDA ATIVA	19804,02	31/07/2013	04947.001317-2011-03		DIREP FAIXA DE DOMINIO	28/01/15
ES	80		L	A	COMPANHIA DO CAS DO ESPRITO SANTO					AV PRESIDENTE GETULIO VARGAS	N.566 CENTRO	VITORIA				04947.000756-2014-33		DIREP	
ES	80	513	L	J	COMPANHIA DO CAS DO ESPRITO SANTO		27316538000166		3001436	513 AV PRESIDENTE GETULIO VARGAS	N.566 - CENTRO	VITORIA	NOTIFICADO	1034,08	31/07/2013	04947.000115-2014-89		FUNDO INCONTINGENTE	23/01/15
ES	80	63	L	A	OBRAS PASSIONISTAS S.P.DA CRUZ A/C		28068005000175		3001436	2R JERONIMO MONTEIRO	'P.PASSIONISTAS'	VILA VELHA	LOCAÇÃO CRED.	2792,49	31/07/2013	04947.001278-2009-11		FUNDO INCONTINGENTE	12/11/14
ES	80	1602	L	A	PREF MUN CACH DE ITAPEMIRM, SEC.FAZENDA		27165588000190		3203102	0R REINALDO MACHADO	N.113 CENTRO, POSTO MEDICO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRM	DIVIDA ATIVA	40171,65	31/07/2013	04947.000839-2011-80		FUNDO INCONTINGENTE	03/12/13
ES	80		J	J	CLAUDIO MOQUEIRA DA SILVA				3201980	AV LEOPOLDINA, 47	ARGOLAS	VILA VELHA	DIVIDA ATIVA			04947.001619-2010-92		DIREP	03/02/15
ES	80		L	A	RENATO VIEIRA PINTO JUNIOR					RUA DOUTOR ARTUR GERHARDT,	S/N - CENTRO	MARECHAL FLORIANO	CONT. INATIVO			04947.001322-2011-16		DIREP	02/02/15
ES	80		L	A	REINALDO BATISTA LOUZADA					UA PRINCIPAL, S/N -	- COUINHO	CACH DE ITAPEMIRM	CONT. INATIVO			04947.001315-2011-14		DIREP	12/02/15
ES	80				SAHDES DE PES ABQUINEM					KM 475, POB DA LT6BNGVIT		CACH DE ITAPEMIRM	CONT. INATIVO			04947.000871-2010-94		DIREP	11/02/15
ES	80				ADELIZ SOUZA LIMA								DIVIDA ATIVA			04947.000878-2010-94		DIREP	13/02/15
ES	80	1584	L	A	PREF. MUN DE VILA VELHA, SEC.FAZENDA		27165554000367		3001436	23R JERONIMO MONTEIRO	PALL	VILA VELHA	DIVIDA ATIVA	20730,27	31/07/2013	04947.000027-2014-87 e		DIREP	25/02/15
ES	80	1490	L	A	JOACYR DE ABREU		62162269787	3202062		0R CEL VIEIRA PIMENTEL	N.190	MIANA	DIVIDA ATIVA	66040,92	31/07/2013	04947.001316-2011-51;		DIREP	13/02/15
ES	80	120	L	A	MARIA CARDOSO GOMES E/OU EDVALDO GOMES *		68227906753	3201984		1R LESTE,40	ARGOLAS	VILA VELHA	DIVIDA ATIVA	27795,05	31/07/2013	04947.000802-2010-69 e		DIREP	17/07/14
ES	80	1371	L	A	JORGE PATRICIO		47899522749	3202065		0R JOSE PEREIRA RIOS	N.20 - GUANDU = J.PATRICIO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRM	EXTINÇÃO	83342,11	31/07/2013	04947.000395-2012-28		DIREP	15/07/14
ES	80	1372	L	A	MARIO JULIO / JOSE JORGE DA SILVA		47146195772	3201984		0R REINALDO MACHADO	N.116 MARIO JULIO MACHADO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRM	EXTINÇÃO	76506,62	31/07/2013	04947.000870-2010-30		DIREP	02/07/14
ES	80	1615	L	A	PALLO MARIANO VERLY A/C D.MARGARIDA		57750718753	3201985		0R MANOEL DIAS JACKS	S/N.B.VIALAO, KM 478,753 RICOIT	CACHOEIRO DE ITAPEMIRM	EXTINÇÃO	21134,76	31/07/2013	04947.001321-2011-63		DIREP	15/07/14
ES	80	908	L	J	CARLOS JORGE DA SILVA CUNHA		38237571720	3203102		1R REINALDO MACHADO	N. 113 ANTIQO POSTO MEDICO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRM	EXTINÇÃO	1597,05	31/07/2013	04947.000114-2014-34		DIREP	07/03/14
ES	80	330	L	A	HILMA CABRAL DE MELO SESSA		80861792734	3002546		1AV SENADOR ATILO VIVACQUA	S/N	ALEGRE	LOCAÇÃO CRED.	393,17	31/07/2013	04947.000895-2010-33 e		DIREP	17/07/14
ES	80	905	L	J	DIANIRA DOLORES MONTENEGRO		16094999720	3001446		2R MARGEM DA RFFSA, S/N	KM 515,880 KM 515,910 GBM/GVIT	VARGEM ALTA	DIVIDA ATIVA	3012,82	31/07/2013	04947.001323-2011-52		DEINC FAIXA DE DOMINIO (CÓPIA)	04/11/14
ES	80	1486	L	J	PEDRO VIRGILIO DEPPRA		80731406634	3001446		3R NESTOR GOMES	S/N CENTRO	VARGEM ALTA	DEBITO EM ABERTO	151,4	31/07/2013	04947.001324-2011-05		DEINC FAIXA DE DOMINIO (CÓPIA)	04/11/14
ES	80	1488	L	A	WALLACE DE ALMEIDA		88071189715	3001437		2R ASPASIA VAREJAS DIAS	N.19 LT.1, TERR CS TURMA	MIANA	DIVIDA ATIVA	58038,52	31/07/2013	04947.001894-2012-78		DEINC FAIXA DE DOMINIO (CÓPIA)	09/01/14

ES	80	161	L	A	ROBERTO CARLOS FABRES	93072414734	3202057	0 R MG DA LINHA, SN- PT.DE IPE-ACU	PREDIO DA EST.DE IPE-ACU	ALFREDO CHAVES	DÉBITO EM ABERTO	148,21	31/07/2013	04947.001771/2010-75	DNT FAIXA DE DOMINIO	12/12/14
ES	80	377	L	A	ESPOLIO DE M OLIVEIRA A C M DA P O SILVA	6887072700	3203286	0 R LUJZ PEVA	N.117 ESTACAO DE ARAÇU	CASTELO	DEBITO EM ABERTO	28082,24	31/07/2013	04947.000869/2010-13	DNT FAIXA DE DOMINIO	11/02/15
ES	80	1477	L	A	PREFEITURA DE DOMINGOS MARTINS	2715656800110	3202058	1 R VALE DA ESTACAO	SN EST FERR D MARTINS	DOMINGOS MARTINS	DÉBITO EM ABERTO	15560,82	31/07/2013	04947.000621/2011-25	DNT FAIXA DE DOMINIO	01/10/14
ES	80	1373	L	A	ELSON MONTEIRO DOS SANTOS	42420873734	3201997	0 R MARIA RANGEL NEGREI	SN CS AGT PT DO ITABAPONA	MIMOSO DO SUL	DÉBITO EM ABERTO	38294,47	31/07/2013	04947.001318/2011-40	DNT FAIXA DE DOMINIO	24/08/14
ES	80	1374	L	A	ALEXANDRE WIGAND E IOU VERONICA PRUCOJI	7789470780	3202011	0 R ESPRITO SANTO	N.115 BAR PROX.EST.GMS/ADMEIR	MIMOSO DO SUL	DÉBITO EM ABERTO	10213,36	31/07/2013	04947.000870/2010-30	DNT FAIXA DE DOMINIO	02/07/14
ES	80	382	L	A	AUGUSTO VIEIRA ++ A/C FERNANDO P VIEIRA	19588850706	3200000	156 R MARGEM DA RFFSA	KM 481 LT.GBM/GIT	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	DEBITO EM ABERTO	1870,51	31/07/2013	04947.000876/2010-15	DNT	01/10/14
ES	80	381	L	A	JAIR DOS SANTOS	19518765715	3201958	0 R MG DA RFFSA KM 478.300 GBM/GIT	SR.JAIR...	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	DEBITO EM ABERTO	6714,28	31/07/2013	04947.000859/2012-83	DNT	23/09/14
ES	80	808	L	A	JOAO CLAUDIO DA SILVA	48836035704	3201942	0 PC PADRE OLIVIO	SN JACIGUA, CLAUDIO	VARGEM ALTA	DEBITO EM ABERTO	33513,51	31/07/2013	04947.000116/2014-23	DNT	11/11/14
ES	80				ESTACAO VIANA			ESTACAO FERRA DE VIANA	VIANA		DEBITO EM ABERTO		04947.000443/2009-18	DNT	23/10/14	
ES	80	932	L	A	MARCIA DE OLIVEIRA FREITAS	3457033757	3201881	0 R LESTE	N.191 - ARGOLAS	VILA VELHA	EXTINÇÃO	64580	31/07/2013	04947.000900/2012-70 e	DNT	22/01/15
ES	80	5127	A	J	MARCEL DOMINGOS MENGALI	57880735772	###	AV LEOPOLDINA, 166	ARGOLAS	VILA VELHA	DEBITO EM ABERTO	10714,16	04947.000916/2012-82	DNT	11/02/15	
ES	80	612	L	A	JOAO MIRANDA	19022727734	3201967	1 PATIO DA ESTACAO DE COUTINHO, COUTINHO	COUTINHO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	DEBITO EM ABERTO	33515,35	31/07/2013	04947.001007/2011-81	DNT	11/02/15
ES	80	5170	A	J	WEVERTON LIRIO CORTELETTI	97866339715	3001436	33 R LESTE	47,ARGOLAS,LT.33 008DEPAT891	VILA VELHA	DEBITO EM ABERTO	9569,1	31/07/2013	04947.001723/2010-87	DNT	11/02/15
ES	80	5159	A	J	CELO FARIA	9585795668		AV LEOPOLDINA, 168,	ARGOLAS	VILA VELHA	DEBITO EM ABERTO	12447,6	0494.7001639/2010-57	DNT	09/09/14	
ES	80	1467	L	A	SILVIO FREITAS	19024410797	3200000	147 R JULIO SOUZA, SN	CS DO BOMBEIRO NO PT.COUTINHO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	DEBITO EM ABERTO	24350,11	31/07/2013	04947.001006/2011-36	DNT	12/02/15
ES	80	601	L	A	SILVIO FREITAS	19024410797	3200000	148 R JULIO SOUZA	SN PT. DE COUTINHO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	DEBITO EM ABERTO	33513,51	31/07/2013	04947.001005/2011-91	DNT	11/02/15
ES	80	5168	A	J	SALVIANO DE ALMEIDA FILHO	8617201720	###	AV LEOPOLDINA, 47	178, ARGOLAS	VILA VELHA		7354,94	04947.001722/2010-32	DNT	20/02/15	
ES	80				7 MOVEIS RFFSA EM MUQUI			ESTACAO FERRA DE MUQUI	MUQUI		DEBITO EM ABERTO		04947.000594/2013-23	DNT	21/08/14	
ES	80				ESTACAO MATILDE			ESTACAO FERRA DE MATILDE	ESTACAO FERR. MATILDE	ALFREDO CHAVES	DEBITO EM ABERTO		04947.001756/2008-18	DNT	08/11/14	
ES	80				MARLUZIA VOLPATO SANTOS			KM 481 - 80 DA LINHA TRONCO	BARÃO DE ITAÚÁ	CACH. DE ITAPEMIRIM			04947.000667/2010-16	DNT	03/12/14	
ES	80	905	L	J	DJANIRA DOLORES MONTENEGRO	16084989720	3001446	2 R MARGEM DA RFFSA, SN	KM 515,880KM 515,910 GBM/GIT	VARGEM ALTA	DIVIDA ATIVA	3012,82	31/07/2013	04947.001323/2011-52	DEINC FAIXA DE DOMINIO (CÓPIA)	04/11/14
ES	80	1466	L	J	PEDRO VIRGLIO DEBRA	80731406834	3001446	3 R NESTOR GOMES	SN CENTRO	VARGEM ALTA	DEBITO EM ABERTO	151,4	31/07/2013	04947.001324/2011-05	DEINC FAIXA DE DOMINIO (CÓPIA)	04/11/14
ES	80	1488	L	A	WALLACE DE ALMEIDA	88071188715	3001437	2 R ASPASIA VAREJAO DIAS	N.19 LT.1, TERR CS TURMA	VIANA	DIVIDA ATIVA	58039,52	31/07/2013	04947.001894/2012-78	DEINC FAIXA DE DOMINIO (CÓPIA)	08/01/14
ES	80				CELIO MIGUEL MODOLO			RUA LESTE	ARGOLAS	VILA VELHA	TERMO DE QUITACAO			04947.001387/2013-15	SEINC TERMO DE QUITACAO	
ES	80				CLODOLDO VICENTE			RUA LESTE	ARGOLAS	VILA VELHA	TERMO DE QUITACAO			04947.001734/2010-67	SEINC TERMO DE QUITACAO	
ES	80				OLAVO JOAO STEIN			RUA LESTE	ARGOLAS	VILA VELHA	TERMO DE QUITACAO			04947.000437/2014-28	SEINC TERMO DE QUITACAO	
ES	80				JOSE RIBEIRO DOS PASSOS			AV LEOPOLDINA	ARGOLAS	VILA VELHA	TERMO DE QUITACAO			04947.000794/2013-70	SEINC TERMO DE QUITACAO	
ES	80				DELIO VASCONCELOS			AV LEOPOLDINA	ARGOLAS	VILA VELHA	TERMO DE QUITACAO			04947.001388/2013-60	SEINC TERMO DE QUITACAO	
ES	80				RUI MARCOS CHEQUEER SOARES			PÁTIO DO RFFSA	CASA DO AGENTE	MARCHEL FLORIANO	TERMO DE QUITACAO			04947.001374/2010-01	SEINC TERMO DE QUITACAO	
ES	80		L	A	NILCE SPARON ZARDO			RUA BERNARDINO MONTEIRO,	164, PAUL	VILA VELHA				04947.001721/2010-98	DIIFI	09/08/12
ES	80		L	A	BRUNO NOGUEIRA DESSAINE			PÇ.DA.MATRIZ,	BL.03 E 04, PAUL	VILA VELHA				04947.001724/2010-21	DIIFI	07/08/12
ES	80		L	A	LAURO AUGUSTO FERRAZ			PRAÇA DA MATRIZ,	12 BL.9 PAUL	VILA VELHA				04947.001735/2010-10	DIIFI	19/10/12
ES	80		L	A	SIVIAN MOREIRA DA SILVA			AVENIDA LEOPOLDINA,	232 - ARGOLAS	VILA VELHA				04947.002038/2011-59	DIIFI	14/11/12
ES	80		L	A	MAFRABRASIL.COM.ND.MOVEIS			EST. JERONIMO MONTEIRO,	60, PAUL	VILA VELHA				04947.001719/2010-19	DIIFI	16/08/12
ES	80		L	A	ADEMIR JOSÉ BERGAMIN			AVENIDA LEOPOLDINA,	195 - ARGOLAS	VILA VELHA				04947.002040/2011-28	DIIFI	16/11/12
ES	80		L	A	TRUFAS S A / SPE PEU FERRAZ			AV JERONIMO MONTEIRO, -	ÁREA B1 CAIS DE PAUL	VILA VELHA				04947.001617/2010-91	DIIFI	16/08/12
ES	80		L	A	WALDEIR FERREIRA DE FARIA			AV JERONIMO MONTEIRO, -	PAUL	VILA VELHA				04947.001725/2010-36	DIIFI	
ES	80		L	A	JOSE TARCISIO MONTEIRO			RUA LESTE,25,	25, ARGOLAS	VILA VELHA				04947.001726/2010-11	DIIFI	06/08/12
ES	80		L	A	REGINALDO GOMES MOURA			AV LEOPOLDINA,	200 MORRO DE ARGOLAS	VILA VELHA				04947.001720/2010-43	DIIFI	06/11/12
ES	80		L	A	PAULO F TOLEDO JOSE TARCISIO			RUA LESTE SNR,	40)	VILA VELHA				04947.001733/2010-12	DIIFI	13/08/12
ES	80		L	A	TRUFA SA- A/C SOC. PEU ANGELA			AV JERONIMO MONTEIRO,	ÁREA A4 PAUL	VILA VELHA				04947.001635/2010-85	DIIFI	24/08/12
ES	80		L	A	TRUFA S/A/C SOC PEU			AV JERONIMO MONTEIRO	ÁREA C CAIS DE PAUL	VILA VELHA				04947.001615/2010-12	DIIFI	15/08/12
ES	80		L	A	TRUFA S/A/C SOC PEU ANTONIO			AV JERONIMO MONTEIRO,	ÁREA A3 CAIS DE PAUL	VILA VELHA				04947.001636/2010-20	DIIFI	17/08/12
ES	80		L	A	MARIA DO CARMO FIORETTI			RUA ORDEM E PROGRESSO,	SN - ARGOLAS	VILA VELHA				04947.002037/2011-12	DIIFI	17/08/12
ES	80		L	A	GUMERCINDO F. SANTOS A/C TRUFA			PALL		VILA VELHA				04947.001631/2010-74	DIIFI	
ES	80		L	A	FLORENTINO DEL PUERTO			319.M2		MARCHEL FLORIANO				04947.000884/2010-53	DIIFI	22/08/12
ES	80		L	A	CELIA MARIA CORDERO PEREIRA			MARGEM DA RFFSA KM 384		MIMOSO DO SUL				04947.000887/2010-22	DIIFI	27/12/12

Coordenação de Destinação – Ações Concretizadas

2.1 – PROJETOS PORTUÁRIOS

2.1.1- Certidões emitida de REGULARIDADE perante o SPU/ES e da Disponibilidade do Espaço Físico em Águas Públicas

Em atendimento ao disposto do Parágrafo Único do Artigo 11 Da Lei 12.815 de 05/06/2013 e Portaria 404/2012.

Total: 4 Certidões Emitidas de Regularidade em 2014

1. NUTRIPETRO S.A. – Emitida em 07/02/2014

Processo nº 04947.001200/2010-31

Regular perante a SPU/ES, e em análise de cessão.

2. C – PORT BRASIL LOGISTICA OFFSORE LTDA – Emitida em 01/07/2014

Processo nº 04947.001917/2011-63,

Regular perante a SPU/ES, e em análise de cessão.

3. ITAOCA TERMINAL MARITIMO S/A – Emitida 01/07/2014

Processo nº 04947.001066/2012-30,

Regular perante a SPU/ES, e em análise de cessão.

4. MECÂNICA MARÍTIMA DIMIZMANN LTDA (ZEMAX) – Emitida em 17/10/2014

Processo nº 04947.001917/2011-63,

Regular perante a SPU/ES, com ressalvas, em análise de cessão.

2.1.2- Certidões emitida de em FASE DE REGULARIZAÇÃO ao SPU/ES e da Disponibilidade do Espaço Físico em Águas Públicas

Total: 1 Certidão Emitida em Fase de Regularidade

1. SS NAVAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – Emitida 22/04/2014

Processo nº 04947.001566/2013-52.

Em processo de Regularização perante a SPU/ES.

2. PORTO NORTE CAPIXABA (MANABI) – Emitida em 01/07/2014

Processo: 04947.000516/2013-58

Em processo de Regularização perante a SPU/ES.

2.1.3- Processos Portuários em análise

1. ITAOCA OFFSHORE – PIABINHA DO NORTE, ITAPEMIRIM/ES

Processo: 04947.001066/2012-30

Certidão emitida em 01/07/2014

Nota Técnica **elaborada, encaminhada as MINUTAS de Portaria, Dispensa de Licitação e Contrato para análise da CJU/ES.**

2. PETROCITY PORTOS S.A. – URUSSUQUARA, SÃO MATEUS/ES

Processo nº 04947.001386/2013-71

Audiência pública realizada em 10/09/2014 com a comunidade e MPF e participação do SPU/ES

Sem Certidão de Regularidade

Na CODESP aguardando documentação

3. IMETAME LOGISTICA – BARRA DO RIACHO. ARACRUZ/ES

Processo: 04947.000603/2012-24

Certidão emitida 01/07/2013

Em análise de Cessão de águas públicas federais

Na COCAP aguardando documentação complementar para conclusão do memorial descritivo, da área requerida em águas públicas requerido.

4. PORTO NORTE CAPIXABA (MANABI) – PRAIA DAS CACIMBAS, LINHARES/ES

Processo: 04947.000516/2013-58

Sem Certidão de Regularidade

Na COCAP em análise de Regularização perante a SPU da área de marinha.

5. NUTRIPETRO S/A – BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES

Processo: 04947.001200/2013-31

Certidão emitida em 12/02/2014

Em análise de Cessão de águas públicas federais

Na COCAP em análise, para elaboração do memorial descritivo da área requerida em águas públicas.

6. C-PORT BRASIL LOGISTICA OFFSHORE LTDA – PRAIA DA GAMBOA, ITAPEMIRIM/ES

Processo: 04947.000024/2014-43

Certidão emitida 01/07/2014

Em análise de Cessão de águas públicas federais

Na Superintendência

7. PORTO CENTRAL (TPK logística) – PRAIA DAS NEVES, PRESIDENTE KENNEDY/ES

PROCESSO: 04947.000519/2013-91

Certidão emitida 01/07/2014

Em análise de Cessão de águas públicas federais

Na Superintendência

8. MECANICA MARITIMA DINIZMANN LTDA (ZEMAX) – VITÓRIA/ES

Processo: 04947.0001917/2011-63

Certidão emitida com ressalvas quanto à regularização da área de marinha/acrescido, e disponível as águas públicas dentro do Porto Organizado, pela CODESA. Em 16/10/2014.

Em análise de Cessão de águas públicas federais

Na CODESP aguardando documentação complementar.

9. SS NAVAL – VITÓRIA/ES

Processo: 04947.000181/2010-25

Certidão emitida com ressalvas quanto à regularização da área de marinha/acrescido, aguardando decisão Judicial. Em 16/10/2014.

Na CODESP aguardando decisão Judicial e/ou outros documentos.

2.1.4- Portarias de Cessão Onerosa de Águas Públicas encaminhadas e com previsão prevista em 2014 – TUP ampliação

Estes atos dependem exclusivamente de providencias da unidade central/SPU/MP e SEP.

1-NISIBRA

Processo: 04947.000087/2008-51

Não Publicada

2- CPVV

Processo: 04947.002181/2009-26

Não Publicada

3- PORTOCEL II

Processo: 04947.000069/2008-70

Não Publicada

2.1.5- Nota Técnica encaminhadas ao SPU/MP para publicação de Portaria relativa à cessão de águas públicas, encaminhadas a SPU/MP, para posterior publicação de Portaria de Cessão.

Total: 1(uma) Nota Técnica

1. ITAOCA TERMINAL MARITIMO S/A

Processo nº 04947.001066/2012-30,

Nota Técnica 017/2014/CODES/SPU/ES, encaminhada ao SPU/MP em 18/11/2014 para análise e

2.2- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ANÁLISE

Nota Técnica: 2 em fase de elaboração

POLIGONAL 11 (Parte 1) Vitória/ES – Processo nº 11550.000174/00-08

Nota Técnica **elaborada, encaminhada as MINUTAS de Portaria, Dispensa de Licitação e Contrato para análise da CJU/ES.**

POLIGONAL 11 (Parte 2) Vitória/ES – Processo nº 11550.000081/2004-51

Nota Técnica **elaborada, encaminhada as MINUTAS de Portaria, Dispensa de Licitação e Contrato para análise da CJU/ES.**

2.3 – IMÓVEL DE INTERESSE SOCIAL

Total: 1 (uma) reunião realizada

MCMV – FAR / PROVISÃO HABITACIONAL

Realizada uma reunião do Grupo de Trabalho Estadual de Habitação de Interesse Social (GTEHIS). A 8ª reunião, em 11/04/2014.

Não houve nenhuma entrega de imóvel de interesse habitacional a CAIXA/FAR, conforme previsto no Planejamento Tático e Metas GIAPU para 2014, tendo em vista as divergências ocorridas nas reuniões entre os Movimentos de Moradia com PMV e CAIXA.

Ficando acordado na última reunião que seria realizado uma videoconferência com todos os envolvidos e mais os representantes do Ministério das Cidades, SPU/MP. Esta videoconferência, apesar de solicitada à Brasília, não aconteceu.

2.4- PROCESSOS ANÁLISE DIVERSAS

1- Processo nº 04947 001167/2006-62

- 2- Processo nº 04947 000873/2014-05
- 3- Processo nº 10783 000968/87-45
- 4- Processo nº 04947 000962/2006-33
- 5- Processo nº 10783 001516/92-66
- 6- Processo nº 04947 000290/2007-47
- 7- Processo nº 04947 000873/2014-05
- 8- Processo nº 04947.000025/2004/16
- 9- Processo nº 04947.000793/2010-18
- 10- Processo nº 04947.000552/2010-79
- 11- Processo nº 04947.000792/2007-78
- 12- Processo nº 04947.001372//2005-47
- 13- Processo nº 10783.011140/91-16
- 14- Processo nº 04947.000350/2011-99
- 15- Processo nº 04947.001850/2012-48
- 16- Processo nº 04947.000282/2004-58
- 17- Processo nº 04947.000077/2006-54
- 18- Processo nº 04947.001426/2013-84
- 19- Processo nº 10783.011754/92-71

2.5- PROCESSOS COM ANÁLISE CONCLUÍDAS ENCAMINHADOS A COCAP PARA DESMEMBRAMENTO RELATIVO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

180 Processos concluídos e encaminhados

2.6 – PROJETOS DE INTERVENÇÕES NA ORLA

Dentre as várias atividades e análise processuais nesta SPU/ES, tem-se a maior incidência de projetos com intervenção na orla por parte dos entes públicos (prefeituras, estado e demais órgãos e autarquias) bem como outras instituições envolvidas no interesse de autorizações de obras, cessão e uso dessas áreas (associação de moradores, de pesca, entre outros).

Como já relatado em oportunidades anteriores, os processos de destinação de áreas da União, em sua maioria, dependem de audiências/pareceres aos órgãos ambientais, Capitania dos Portos, autoridade municipal quanto à adequação ao ordenamento urbano e CJU/ES quanto aos contratos de cessão. Além disso, há a dificuldade ou mesmo ausência de profissionais técnicos nos órgãos solicitantes, principalmente nos municípios, para confecção/apresentação dos projetos e plantas, por exemplo, georreferenciadas. Tal dificuldade ocorre também nesta SPU/ES para identificação das áreas da União mediante a apresentação do projeto por parte dos interessados, tendo em vista haver apenas um topógrafo para executar tal trabalho, além de várias outras tarefas afins ao órgão.

Destaca-se que a finalização das análises dependem em boa parte do interesse e capacidade do solicitante para confeccionar o projeto, providenciar a documentação bem como promover as audiências aos órgãos citados.

Assim, informamos a seguir alguns dos processos em análise no período de 2014:

2.6.1 – ARACRUZ

BARRA DO RIACHO – Processo 04947.001632/2013-94 (Condicionante Ambiental EJA)

Solicitação de Cessão pelo município para implantação de Estrutura de Embarque e Desembarque Pesqueiro em atendimento à demanda da comunidade pesqueira local. Foi identificada a área da União em planta e confeccionado o memorial descritivo da área pelo setor de engenharia desta SPU/ES. Está em fase de elaboração da nota técnica para posterior publicação da Portaria e Contrato de cessão.

Publicada a Portaria Nº 13, de Cessão de Uso Gratuita, em 02/12/2014. Encaminhada minuta do Contrato à CJU/ES para apreciação a qual foi aprovada, estando na fase de confecção para posterior assinatura do Contrato.

BARRA DO RIACHO – Processo 05002.000705/2002-09

Solicitação pelo município para regularização/legalização de estaleiro de barcos existentes. Está em fase de adequação às normas ambientais de acordo com tratativas junto ao município e empresa Fibria.

BARRA DO RIACHO – Processo 05002.001350/2014-78

Solicitação de autorização para a construção de um Parque Linear como área de lazer para a comunidade local. Aguardando complementação da documentação.

BARRA DO RIACHO – Processo 04947.001349/2014-43 (Condicionante Ambiental Petrobras)

Solicitação de cessão de área para implantação de uma Oficina Escola para melhoria da pesca artesanal local. Aguardando complementação da documentação.

BARRA DO RIACHO – Processo 04947.001351/2014-12 (Condicionante Ambiental Petrobras)

Solicitação de cessão de área para implantação de uma Fábrica de gelo para melhoria da infraestrutura local de pesca artesanal local. Aguardando complementação da documentação.

BARRA DO RIACHO – Processo 04947.001348/2014-07 (Condicionante Ambiental Carta Fabril)

Solicitação de informações sobre inscrição/cadastro de área para implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado e Mercado de Peixe para as áreas de Barra do Riacho e Barra do Sahy.

BARRA DO SAHY – Processo 04947.000356/2011-85 (Condicionante Ambiental Petrobras)

Solicitação de cessão pelo município para construção de Galpão para manutenção de embarcações de pesca. Processo aguardando documentação para conclusão da análise.

Obs.: Os projetos descritos para a área de Barra do Riacho estão inseridos na proposta de criação de um complexo pesqueiro em atendimento à comunidade de pesca local na busca por melhoria na

infraestrutura agregando valor ao pescado e fortalecendo a identidade local. Por fazerem parte de condicionantes ambientais de várias empresas citadas, novas reuniões foram realizadas, em conjunto com as empresas e a prefeitura onde foi consensualizado que o município será o gestor da implantação de todos os projetos junto às empresas e comunidade sendo o cessionário da área como um todo, à exceção da estrutura de embarque e desembarque cuja cessão está adiantada com as licenças apresentadas. As últimas reuniões conjuntas foram realizadas em 04/08/2014 e 08/08/2014, conforme resumo anexo, realizadas na sede desta SPU/ES.

A maioria das propostas e demandas apresentadas fazem parte das ações inseridas no Plano de Ação Integrada da Orla – PGI de Aracruz.

2.6.2 – ANCHIETA

PRAIA CENTRAL - Processos 04947.001132/2006-23 e **04947.001385/2012-45**

Engorda da faixa de praia na Praia Central de Anchieta. Aguardando prosseguimento por parte do município com apresentação da documentação complementar, principalmente o licenciamento ambiental. Encaminhadas informações à AGU, em referência ao TAC assinado com o município, quanto aos encaminhamentos e atendimentos efetuados pelo município.

PRAIA DAS CASTANHEIRAS – PROC. 04947.001708/2014-62

PRAIA DE CASTELHANOS – PROC. 04947.000274/2010-50

PRAIA DE UBÚ – PROC. 04947.000272/2010-61

PRAIA DE IRIRI – PROC. 04947.000273/2010-13

Realizada reunião em 07/03/2014 com a prefeitura de Anchieta para nivelar e passar as informações quanto aos projetos em andamento na SPU. Efetivada reunião do município com apresentação dos projetos em 08/05/2014 com IEMA para adequações às diretrizes ambientais. Encontra-se em fase de licitação para contratação de empresa de estudos ambientais. Entrega de relatório da situação à SPU em 03/06/2014.

2.6.3 – GUARAPARI

PROC. 04947.001281/2013-11

ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO BRUTO EM PEROCÃO

Após análise da documentação, foi solicitada complementação ao município, inclusive para apresentação de planta e memorial descritivo georreferenciados para posterior cessão da área.

PROC. 04947.001132/200

ACESSO ÀS PRAIAS DAS CONCHAS E DOS VENTOS

Processo trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Condomínio Turístico de Guarapari – Aldeia da Praia quanto ao acesso às praias localizadas no entorno do condomínio. Após reuniões realizadas entre os entes envolvidos, esta SPU informou previamente o nada a opor ao projeto, sendo necessária a licença ambiental, o nada a e demais

audiências aos órgãos afins. Foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta, estando no aguardo da complementação da documentação.

2.6.4- ITAPEMIRIM

OBRAS EMERGENCIAIS NA ORLA DE ITAOCA – PROC. 04947.001945/2011-81

Expedida Portaria nº 11, de 11/08/2014, para autorização de obras de contenção da erosão e restauração da região costeira sendo composto por recomposição do litoral erodido com areia e adaptações no espigão existente para contenção e proteção do terminal pesqueiro a ser construído no extremo norte da praia.

2.6.5- LINHARES

PÍER DE REGÊNCIA NO RIO DOCE - PROC. 04947.002029/2011-68

Após expedição da Portaria 31/2013, foi celebrado Contrato de Cessão Gratuita entre a SPU e a Prefeitura de Linhares, assinado em 02/06/2014. Extrato de Contrato publicado em 28/07/2014. Encontra-se em fase de execução das obras.

2.6.6 MARATAIZES

PROJETO ORLA PRAIA CENTRAL – PROC. 04947.001214/2014-88

Apresentado o projeto de urbanização da Praia Central de Marataízes sendo encaminhado check-list da documentação a ser complementada bem como planta geral de implantação demonstrando o alinhamento atual da faixa de praia junto com a proposta de urbanização.

Feitas novas reuniões com a prefeitura, que promoverá adaptações ao projeto.adaptar o projeto.

2.6.7- PIÚMA

PROJETO MURO DE ARRIMO NA ILHA DO GAMBÁ – PROC. 04947.001251/2013-13

Após solicitação e apresentação da proposta de muro de acesso à ilha em processo de erosão, foi solicitada documentação complementar. Encontra-se em fase de licenciamento ambiental pelo IEMA.

2.6.8- PRESIDENTE KENNEDY

URBANIZAÇÃO DA PRAIA DAS NEVES E MAROBÁ – PROC. 04947.000650/2014-30

Encaminhado ao município as diretrizes da SPU para elaboração de projeto de urbanização da orla bem como encaminhamento de check-list com a documentação e audiências necessárias para a cessão da área.

2.6.9 – VILA VELHA

PRAIA DE ITAPUÃ E ITAPARICA - PROC. 10783.006730/92-63

Além da documentação complementar, foi solicitado ao município que faça adequações no projeto e que apresente a planta de implantação dos quiosques com a projeção das áreas ocupadas atualmente para prosseguimento na análise. Em fase de licenciamento ambiental junto ao IEMA.

2.6.10 – VITÓRIA

CICLOVIA ORLA DE CAMBURI E ACESSOS - PROC. 04947.000503/2014-60

Autorização de obras, através da Portaria nº 12, de 16/09/2014, para implantação de ciclovia ligando a Praça dos Namorados, na Praia do Canto, ao Calçadão da Praia de Camburi, passando pela Ponte de Camburi. Em fase de execução de obras.

2.6.11- SERRA

PRAÇA DAS ÁGUAS – PROC. 04947.004530/98-99

Cessão gratuita para reforma e regularização da Praça das Águas, na foz do Rio Jacaraípe, em Castelândia. Expedida Portaria nº 10, de 11/11/2014. Lavrado Contrato de Cessão e encaminhado à CJU/ES para apreciação para posterior assinatura e publicação de extrato.

Contrato assinado em 18/12/2014. Solicitada a publicação do Extrato de Contrato.

URBANIZAÇÃO PRAIAS DE CARAPEBUS E BICANGA – PROC. 04947.001360/2010-80

Após informação do município quanto à revisão do projeto existente, solicita continuidade na análise do mesmo, estando em fase de análise da documentação, necessitando adequação do projeto às diretrizes do IEMA elencadas no Parecer Técnico COGEST nº 008-2012.

A prefeitura apresenta projeto de urbanização e informa que não construirá quiosques e que haverá apenas calçadão, passeios, praças, bancos, paisagismo e outros equipamentos urbanos. Após análise prévia do projeto, foi solicitada complementação da documentação através do ofício 122/2015/CODES/SPU/ES.

URBANIZAÇÃO PRAIA DE CASTELÂNDIA – PROC. 04947.002228/2009-51

Após informação do município quanto à reformulação do projeto existente, a prefeitura solicitou a continuidade na análise do mesmo projeto. Processo em fase de nova análise da documentação para cessão da área de implantação do projeto.

Após vários contatos para esclarecimentos, foi entregue a documentação complementar solicitada, inclusive o cronograma de desmobilização dos quiosques existentes que será realizada concomitantemente à obra (previsão de 12 meses).

Processo encaminhado à COCAP (Engenharia) para identificação da área da União e confecção de memorial descritivo para posterior confecção de Portaria e Contrato de Cessão.

2.7- PORTARIAS PUBLICADAS

2.7.1- Portarias De Permissão De Uso Publicada Até 17/11/2014

Total: 31 Portarias expedidas e Publicadas

1- Port. Nº 03/2014 – Assinada 08/01/14 – Publicada 24/01/14

Proc. Nº 04947.002451/2009-07

Evento: Verão 2014 – Marataízes – PMM

2- Port. Nº 04/2014 – Assinada 08/01/14 – Publicada 16/01/14

Proc. Nº 04947.000007/2014-14

Evento: Celebrai Pró Social – Marataízes – Centro de Recuperação Sentinelas

3- Port. Nº 09/2014 – Assinada 17/01/14 – Publicada 23/01/14

Proc. Nº 04947.000071/2014-97

Evento: Domingo de Bike – Vitória – Rádio Astral S/A

4- Port. Nº 12/2014 – Assinada 22/01/14 – Publicada 24/01/14

Proc. Nº 04947.001833/2012-19

Evento: Arena Capixaba – Conceição da Barra - PMCB

5- Port. Nº 13/2014 – Assinada 27/01/14 – Publicada 29/01/14

Proc. Nº 04947.000199/2011-16

Evento: Ação de Verão Sá Cavalcante, Ação Verão Vivo em Camburi e Curva da Jurema – Vitória – Criativa Eventos LTDA

6- Port. Nº 11/2014 – Assinada 28/01/14 – Publicada 03/02/14

Proc. Nº 04947.000213/2011-73

Evento: Banana Boat – Fundão – Sérgio Ronaldo Lopes

7- Port. Nº 10/2014 – Assinada 28/01/14 – Publicada 03/02/14

Proc. Nº 04947.000069/2014-18

Evento: Banana Boat – Vila Velha – Celso Antônio Lopes

8- Port. Nº 14/2014 – Assinada 30/01/14 – Publicada 04/02/14

Proc. Nº 04947.000131/2014-71

Evento: Instalação de um ombrelone – Guarapari – Benedito Devens de Oliveira

9- Port. Nº 16/2014 – Assinada 05/02/14 – Publicada 10/02/14

Proc. Nº 04947.000172/2014-68

Evento: Sunset Praia da Costa – Vila Velha – Antônio Mauro Ataíde Brandizi

10- Port. Nº 17/2014 – Assinada 01/06/14 – Publicada 10/02/14

Proc. Nº 04947.177/2014-91

Evento: Concerto de Verão – Vila Velha – Arte Vila Projetos Culturais

11- Port. Nº 15/2014 – Assinada 04/02/14 – Publicada 24/02/14

Proc. Nº 04947.000161/2014-88

Evento: Banana Boat – Vila Velha – José Ricardo Gomes de Campos

12- Port. Nº 18/2014 – Assinada 12/02/14 – Publicada 25/02/14

Proc. Nº 04947/000234/2014-31

Evento: Banana Boat – Vila Velha – Luiz Antônio Cabral Costa

13- Port. Nº 19/2014 – Assinada 11/03/14 – Publicada 13/03/14

Proc. Nº 04947.000295/2014-07

Evento: Desafio Manguinhos Município da Serra/Es X Curva Da Jurema Município De Vitória/Es
Regata de Canoa Havaiana 2014 - PMV

14- Port. Nº 20/2014 – Assinada 25/03/14 – Publicada 04/04/14

Proc. Nº 04947.000385/2014-90

Evento: Estação Saúde – Vitória – Bruno da Rocha Lyra

15- Port. Nº 21/2014 – Assinada 01/04/14 – Publicada 25/04/14

Proc. Nº 04947.002105/2011-35

Evento: Evento 1º de maio – Vitória - CUT

16- Port. Nº 22/2014 – Assinada 22/04/14 – Publicada 25/04/14

Proc. Nº 04947.001610/2013-24

Evento: Campeonato Brasileiro de Seleções de Vôlei de Praia Sub 19 – Vitória – PMV

17- Port. Nº 25/2014 – Assinada 17/06/14 – Publicada 27/06/14

Proc. Nº 04947.000766/2014-79

Evento: Pranchas de Stand Up Paddle-Sup – Vitória – Rodrigo Barbosa Siano Lima

18- Port. Nº 26/2014 – Assinada 03/07/14 – Publicada 24/07/14

Proc. Nº 04947.000921/2014-57

Evento: Aniversário da Rádio Litoral - 20 Anos – Vitória - Rádio Fm 102 LTDA

19- Port. Nº 27/2014 – Assinada 05/08/14 – Publicada 28/08/14

Proc. Nº 04947.000953/2014-52

Evento: Serviços de Salvamento Aquático no Brasil e no Mundo – Vitória - Corpo de Bombeiros Militar Do Espírito Santo

20- Port. Nº 28/2014 – Assinada 13/08/14 – Publicada 20/08/14

Proc. Nº 04947.001610/2013-24

Evento: XXVIII Taça Cidade de Vitória de Pesca e Arremesso – Vitória – PMV

21- Port. Nº 29/2014 – Assinada 13/08/14 – Publicada 20/08/14

Proc. Nº 04947.001610/2013-24

Evento: Campeonato Brasileiro Open de Vôlei de Praia – Vitória - Secretaria de Esporte e Lazer

22- Port. Nº 30/20104 – Assinada 28/08/14 – Publicada 08/09/14

Proc. Nº 04947.001192/2014-56

Evento: Aloha Spirit - Etapa Vitória - Centro Náutico Capixaba

23- Port. Nº 31/2014 – Assinada 04/09/14 – Publicada 08/09/14

Proc. Nº 04947.001207/2014-86

Evento: Campeonato Brasileiro de Canoagem Oceânica 2014 – Vitória - Associação Capixaba de Kajak e Canoa

24- Port. Nº 32/2014 – Assinada 11/09/14 – Publicada 19/09/14

Proc. Nº 04947.001241/2014-51

Evento: Circuito Capixaba de Futevôlei – Marataízes – PMM

25- Port. Nº 33/2014 – Assinada 22/09/14 – Publicada 06/10/14

Proc. Nº 04947.001241/2014-51

Evento: 17º Festa de Emancipação Política Município de Marataízes - PMM

26- Port. Nº 34/2014 – Assinada 22/09/14 – Publicada 05/11/14

Proc. Nº 04947.001166/2014-28

Evento: Casamento de Matheus e Isabel Cristina – Guarapari - Maria Sueli Da Rocha Silva

27- Port. Nº 35/2014 – Assinada 17/10/14 – Publicada 05/11/14

Proc. Nº 04947.001397/2014-31

Evento: Recreativa Diversão Pública – Serra - Magic Park

28- Port. Nº 39/2014 – Assinada 03/11/14 – Publicada 05/11/14

Proc. Nº 04947.001271/2014-67

Evento: Travessia João Moreno – Vila Velha - Renan Pereira Cavalcante

29- Port. Nº 36/2014 – Assinada 23/10/14 – Publicada 11/11/14

Proc. Nº 04947.001399/2014-21

Evento: Banana Boat – Vila Velha - Elizeu Antônio Pinto

30- Port. Nº 40/2014 – Assinada 03/11/14 – Publicada 13/11/14

Proc. Nº 04947.001437/2014-45

Evento: Projeto Verão Vivo 2015 – Marataízes - PMM

31- Port. Nº 41/2014 – Assinada 04/11/14 – Publicada 13/11/14

Proc. Nº 04947.001403/2014-51

Evento: Esportivo – Vila Velha – PMVV

32- Port. Nº 42/2014 – Assinada 11/12/2014 – Publicada 24/11/14

Proc. Nº 04947.001610/2013-14

Evento: Esportivo – Vitória - PMV

2.7.2- Portarias De Autorização De Obra

Total: 4 Portarias expedidas e Publicadas

1- Processo 04947.000479/2014-69

HOTEL SENAC - Ilha Do Boi, Vitória/ES

Portaria 005-2014 publicada em 15/04/2014

2- Processo 04947.001945/2011-81

DER/ES Obra emergencial na praia de Itaipava, Itapemirim/ES

Portaria 011-2014 publicada em 25/08/2014

4- Processo 04947.000503/2014-60

Prefeitura Municipal de Vitória – Ciclovía, Ponte de Camburi

Portaria 010-2014 publicada em 26/09/2014

2.7.3- Portaria SPU/ES De Cessão Gratuita

Total: 2 Portarias expedidas e Publicadas

1- Processo 04947.004530/98-99

Prefeitura Municipal da Serra – Praça encontra das águas

Portaria Ministerial 10-2014, publicada em 18/09/2014

2- Processo 04947.001632/2013-94

Prefeitura Municipal de Aracruz – Estrutura de Embarque e Desembarque Pesqueiro

Portaria Ministerial 13-2014, publicada em 02/12/2014

2.8- PORTARIAS MINISTERIAL DE CESSÃO ONEROSA

MINUTAS ENCAMINHADAS ATRAVÉS DE NOTA TÉCNICA P/ ANÁLISE E PUBLICAÇÃO

Total: 2 Portarias Ministerial encaminhadas para análise

1. ORLA DE CAMBURI - QUIOSQUES

Processo nº 04947.000792/2007

Nota Técnica 016/2014/CODES/SPU/ES, encaminhada ao SPU/MP em 23/10/2014 para análise e publicação da Portaria de Revisão do Valor da Cessão Onerosa das áreas ocupadas pelos quiosques.

1. ITAOCA TERMINAL MARITIMO S/A

Processo nº 04947.001066/2012-30,

Nota Técnica 017/2014/CODES/SPU/ES, encaminhada ao SPU/MP em 18/11/2014 para análise e publicação da Portaria de Cessão Onerosa de espaço físico em águas públicas.

2.9- NOTAS TÉCNICAS ELABORADAS EM 2014

Total: 10 Notas Técnicas

2.10- TOTAL DE ATOS DE DESTINAÇÃO PUBLICADOS EM 2014:

Atos de interesse das Metas GIAPU 2014:

Portarias de Permissão de Uso Publicada	32 Portarias
Portarias de Autorização de Obra	04 Portarias
Portaria de Cessão Gratuita	02 Portarias
Constituição de Aforamento Gratuito	13 Contratos
Portaria e Extratos de Imóveis Próprios Nacionais	24 Portarias e Extratos
Total	75 Atos de Destinação

ANEXOS:

AÇÃO 8676 – DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ORLA – PGI

AÇÃO 4852 – DESTINAÇÃO – CONSTITUIÇÃO DE AFORAMENTO

AÇÃO 4852 – DESTINAÇÃO – ADMINIST. DE BENS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ORLA

Referência: Ação do governo federal, coordenada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) Ministério do Meio Ambiente (MMA), onde a construção coletiva do Plano de Gestão Integrada da Orla – PGI, conhecido como Projeto Orla, tem como coordenação estadual a SPU/ES e IEMA objetivando a aproximação da política ambiental e patrimonial no cumprimento da função sócio-ambiental dos imóveis da União.

1.1 – Municípios Aderidos:

Sendo uma adesão voluntária do município, esta SPU/ES tem envidado esforços para que novos municípios adiram ao Projeto Orla bem como para que os já aderidos dêem continuidade e promovam a elaboração do PGI.

Além dos 08 municípios já aderidos (Aracruz, Anchieta, Conceição da Barra, Fundão, Piúma, Presidente Kennedy, São Mateus e Marataízes), houve recentemente a adesão do município de Itapemirim.

1.2 – Situação dos municípios que deram prosseguimento à elaboração do PGI:

1.2.1 – Aracruz (Processo 04947.000549/2010-55)

O Relatório final, com o Parecer Técnico CTE N° 001/2013, foi encaminhado à Coordenação Nacional (Ministério do Meio Ambiente e Secretaria do Patrimônio da União), em 05/11/2013 para análise e parecer final, necessário para realização da Audiência Pública, para validação do plano pela sociedade.

Após solicitações feitas por esta SPU/ES, nos foi informado que o parecer do MMA foi encaminhado à SPU, faltando o parecer desta para compor o parecer final da coordenação nacional.

Mesmo sem tal retorno do referido parecer final até a presente data, algumas ações foram desenvolvidas levando-se em consideração a elaboração efetiva do PGI que tanto mobilizou os diversos setores participantes das oficinas. Dentre elas podemos citar como exemplo a condução junto aos setores interessados dos processos com demandas já inseridas no PGI, a saber:

Projetos relativos à reestruturação da pesca local em Barra do Riacho e Barra do Sahy, demanda inserida no PGI com 7 (sete) projetos em trâmite nesta SPU (Reuniões realizadas em 04/08/2014 e 08/08/2014);

Planejamento para o ordenamento da orla do Rio Piraquera, tendo em vista ocupações na margem e demanda para construção de terminal de pesca em Santa Cruz. Em 03/10/2014, foi realizada nesta SPU reunião com o Secretário de Planejamento de Aracruz para tratar da atuação do município mediante as demandas existentes tendo em vista o PGI elaborado e propostas de ações nele inseridas. Foram explicitados os diversos projetos pontualmente, solicitando ao município que atue como gestor local, promovendo o adequado ordenamento territorial e ocupação do solo urbano, tendo em vista o momento de revisão do PDM de Aracruz. Esta SPU esclareceu sobre o PGI demonstrando ser uma importante ferramenta de gestão existente e se colocou à disposição em apoio à implantação de suas ações. Está marcada reunião para tratativas quanto ao ordenamento da orla de Santa Cruz, com os diversos setores envolvidos.

1.2.2 – Fundão (Processo 04947.000461/2010-33)

Realizada reunião com o Comitê Gestor do Projeto Orla, o executor (CUFA), para fechamento da cartilha de divulgação “PGI para Todos”, que visa à divulgação do Plano de Gestão Integrada da Orla. Cartilha encaminhada para impressão.

1.2.3 – Itapemirim

Após contatos realizados com o município, em 20/08/2014 foi realizada apresentação da metodologia do projeto orla com exposição da metodologia para elaboração do PGI, procedimentos para a contratação do instrutor pelo município bem como sua importância como ferramenta para a gestão municipal, tendo em vista a previsão de implantação de vários empreendimentos na região sul do Estado, inclusive um terminal pesqueiro de grande porte na praia de Itaipava. Na oportunidade, estavam presentes, além do prefeito, os secretários municipais. O município assinou a adesão para elaboração do PGI.

1.2.4 – Piúma (Processo 04947.001620/2010-17)

Após encaminhamento por esta SPU do ofício nº 0235/2014, solicitando informações e retomada dos trabalhos para elaboração do PGI, o município encaminhou em 30/06/2014, o ofício nº 213/2014 informando que está em fase de elaboração da licitação.

1.2.5 – Presidente Kennedy (Processo 04947.001254/2014-20)

Apesar de já ser aderido e ter iniciado os trabalhos para elaboração do PGI, por motivos de problemas na gestão do prefeito anterior o processo foi suspenso em 2011.

A atual prefeita solicitou à SPU/ES a apresentação do projeto orla em audiência com todos os secretários municipais a qual foi realizada em 06/11/2014 com exposição da metodologia para elaboração do PGI, sua importância, tendo em vista a previsão de implantação de um superporto na orla, e procedimentos para a contratação do instrutor pelo município.

Observação:**Metas Atingidas Até 18/11/2014:**

01 – Adesão ao Projeto Orla – Município de Itapemirim

Justificativa:

Há muita dificuldade para que os municípios adiram e prossigam na elaboração do Projeto Orla, por ser uma adesão voluntária e por acharem muitas vezes que tal projeto poderá atrapalhar o andamento de outros projetos previstos pelo município, por exemplo os projetos portuários e de urbanização da orla.

Outra questão dificultadora é ainda, além de os municípios vislumbrarem projetos de curto prazo, dentro da gestão, a busca por apoio financeiro (troca/ganho) ao aderir ao projeto o qual ainda não foi solucionado pela SPU junto a diversos órgãos para destinar recursos aos municípios que aderirem ao projeto.

ADMINISTRAÇÃO DE BENS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

Segue abaixo a informação sobre as principais ações e resultados realizados no ano de 2014:

2.1) Atos de Destinação

Nº do Processo	Rip Spiunet	Instrumento (Tipo, nº, data)	Beneficiário	Município	Previsto no Planejamento Tático	Previsto na Giapu
04947.000633/2006-92	5623.0000.500-0	Portaria nº1, de 2/1/2014, publicada em 6/1/2014, autorizando cessão de uso gratuito.	Ibama	Cachoeiro de Itapemirim	Não	Sim
05002.000899/2001-53	5637.00001.500-2	Portaria nº2, de 21/2/2014, publicada em 18/2/2014, autorizando cessão de uso gratuito.	Município de Domingos Martins	Domingos Martins	Não	Sim

14235.000264/93-13	5623.00015.500-9	Portaria nº3, de 13/2/2014, publicada em 5/3/2014, autorizando cessão de uso gratuito.	Município de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	Não	Sim
04947.000076/2014-10	5633.00010.500-9	Portaria nº 6, de 10/4/2014, publicada em 25/4/2014, e retificada em 30/4/2014, autorizando cessão de uso gratuito.	Prefeitura de Conceição do Castelo	Conceição do Castelo	Não	Sim
Nº do Processo	Rip Spiunet	Instrumento (Tipo, nº, data)	Beneficiário	Município	Previsto no Planejamento Tático	Previsto na Giapu
04947.000075/2014-75	5633.00001.500-0	Portaria nº9, de 7/5/2014, publicada em 12/5/2014, autorizando a reversão de imóvel à Prefeitura de Conceição do Castelo	Prefeitura de Conceição do Castelo	Conceição do Castelo	Não	Sim
04947.000369/2010-73 10783.012131/91-52	5629.00022.500-6 562900051.500-4	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado em 20/1/2014, publicado em 9/4/2014.	Conab	Colatina	Sim	Sim
04947.000633/2006-92	5623.00030.500-0	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado	Ibama	Cachoeiro de Itapemirim	Sim	Sim

		em 19/2/2014, publicado em 26/2/2014.				
05002.000640/2001-11	5623.00014.500-3	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 4/2/2014, publicado em 26/2/2014.	Superintendência de Agricultura	Cachoeiro de Itapemirim	Sim	Sim
05002.000899/2001-53	5637.00001.500-2	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado em 14/3/2014, publicado em 19/3/2014.	Prefeitura de Domingos Martins	Domingos Martins	Sim	Sim
11543.003029/2001-11	5629.00024.500-7	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 25/2/2014, publicado em 21/3/2014.	Receita Federal	Colatina	Sim	Sim
10783.000181/91-23	5703.00054.500-3	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado em 21/3/2014, publicado em 2/4/2014.	Incra	Vila Velha	Sim	Sim
04947.000340/2013-34	5699.00020.500-6	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 03/04/2014, publicado em 9/4/2014.	Justiça Federal	Serra	Sim	Sim
05002.000165/2002-55	5705.00388.500-6	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 22/4/2014, publicado em 2/5/2014.	Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Vitória	Não	Não

04947.000503/2009-01	5623.00034.500-2	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado em 6/5/2014, publicado em 9/5/2014.	Ibama	Cachoeiro de Itapemirim	Sim	Sim
10783.011754/92-71	5705.00471.500-7	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado em 14/5/2014, publicado em 19/5/2014.	Ifes	Vitória	Não	Não
14235.000264/93-13	5623.00015.500-9	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado em 29/5/2014, publicado em 04/06/2014.	Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	Sim	Sim
04947.000076/2014-10	5633.00010.500-9	Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, assinado em 18/4/2014, publicado em 4/06/2014.	Prefeitura de Conceição do Castelo	Conceição do Castelo	Não	Não
04947.001111/2013-37	5651.00001.500-8	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 13/5/2014, publicado em 13/6/2014.	TRE	Iconha	Não	Não
Nº do Processo	Rip Spiunet	Instrumento (Tipo, nº, data)	Beneficiário	Município	Previsto no Planejamento Tático	Previsto na Giapu
04947.000024/2012-81	5631.00003.500-4	Extrato do Contrato de	Iema	Conceição da Barra	Sim	Sim

	5631.00010.500-2	Cessão de Uso Gratuito, assinado em 30/5/2014, publicado em 18/7/2014.				
10783.001976/98-61	5705.00478.500-5	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 28/5/2014, publicado em 15/7/2014.	AGU	Vitória	Não	Não
10783.001976/98-61	5705.00479.500-0	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 28/5/2014, publicado em 15/7/2014.	Controladoria Geral da União	Vitória	Não	Não
05002.000486/2003-31	5709.00005.500-5	Extrato do Termo de Reversão de imóvel ao patrimônio municipal, assinado em 22/8/2014, publicado em 8/9/2014	Prefeitura de Ibatiba	Ibatiba	Não	Não
10783.018574/91-66	5623.00002.500-8	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 1/9/2014, e aguardando a publicação.	Procuradoria da Fazenda Nacional	Cachoeiro de Itapemirim	Não	Não
05002.000851/2001-45	566300020.500-5	Extrato do Termo de Entrega, assinado em 2/12/2014, publicado em 11/12/2014	CEPLAC	Linhares	Não	Não

Considerando a tabela acima descrita, esta Coordenação de Destinação da SPU/ES, até a presente data, quanto aos atos relacionados a imóveis de uso especial da União, cabe mencionar que:

a) No Planejamento Tático de 2014, estavam previstos 10 atos de destinação patrimonial para o ano de 2014, e foram realizados 10 atos.

b) As Metas Institucionais da Giapu 2014, no indicador “Destinação Patrimonial, código “C”, estavam previstos 10 atos para o ano de 2014, e foram realizados 23 atos.

2.2) Vistorias

No Planejamento Tático de 2014, estavam previstos 10(dez) relatórios de vistorias em imóveis de uso especial da União, e, até a presente data, foram realizados 13(treze), os quais também foram cadastrados no Sistema Figest e poderão ser computados no indicador “Fiscalização”, Código “B” das Metas Institucionais da Giapu 2014, que tem como responsável a DECAP.

2.3) Curso de aperfeiçoamento do Spiunet para os órgãos da Administração Pública Federal

No Planejamento Tático de 2014, estava prevista a elaboração de 1(um) Curso de aperfeiçoamento do Spiunet para os órgãos da Administração Pública Federal a ser realizado nesta Superintendência do Patrimônio da União, entretanto não foi realizado, devido à escassez de datas viáveis, visto que as datas escolhidas para realização do evento não coincidiam com as datas disponíveis dos servidores que seriam convidados para ajudar na organização do evento. Os servidores que fariam o suporte são da Regional de Minas Gerais, devido à experiência que possuem na organização de projetos similares.

O referido Curso não estava previsto nas Metas Giapu de 2014.

2.4) Contrato de CUEM

No Planejamento Tático de 2014, estava prevista a elaboração de 1(um) Contrato de CUEM, entretanto a realização deste ato não foi realizada devido ao período eleitoral e após consulta à unidade central, foi-nos informado que deveríamos aguardar o próximo ano em virtude de se tratar de Concessão a ser realizada a pessoa física. Estamos aguardando o início do ano de 2015, pois os processos já estão prontos para efetivação do ato administrativo.

O referido Contrato não estava previsto nas Metas Giapu de 2014.

2.5) Contrato de CDRU

No Planejamento Tático de 2014, estava prevista a elaboração de 5(cinco) Contrato de CDRU, entretanto a realização deste ato não foi realizada devido ao período eleitoral e após consulta à unidade central, foi-nos informado que deveríamos aguardar o próximo ano em virtude de se tratar de Concessão a ser realizada a pessoa física. Estamos aguardando o início do ano de 2015, pois os processos já estão prontos para efetivação do ato administrativo.

O referido Contrato não estava previsto nas Metas Giapu de 2014.

2.6) Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público

Esta meta não foi incluída na responsabilidade deste serviço de Administração de Imóveis da Coordenação de Destinação da SPU/ES.

CONSTITUIÇÃO DE AFORAMENTO

Procedimentos realizados referentes aos processos com pedidos de aforamento gratuitos

QUANT. DE PROCESSOS

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

14	Mudança de regime de ocupação para aforamento no sistema SIAPA
13	Elaboração de contratos de constituição de aforamento e entrega do contrato aos interessados
20	Notificações expedidas com solicitações de documentos para dar prosseguimentos à análise dos processos e notificação de indeferimento do pedido de aforamento gratuito.
03	Elaboração de apostila de contrato para atendimentos aos Cartórios de Registro Geral de Imóveis
09	Elaboração de segunda via de contrato de aforamento
32	Análise de aforamento, elaboração de Nota Técnica e encaminhamento à unidade central para homologação dos despachos concessórios de aforamento.
41	Parecer, elaboração da minuta de contrato e encaminhamento à CJU/ES para aprovação.

A meta GIAPU do ano de 2014 para a atividade de Constituição de Aforamento Gratuito foi alcançada, tendo em vista que era previsto 10 contrato e foram elaborados 13 Contratos de Constituição de Aforamento.

Divisão de Receitas Patrimoniais – Ações Concretizadas

Nesta divisão, houve a continuidade da reanálise dos processos que se encontravam parados no Arquivo da SPU/ES para análise daqueles que de acordo com a legislação atual poderiam ter concluída a transferência de titularidade requerida naquela época a fim de regularização do cadastro e dos débitos.

E mais:

Análise de 46 Rips para lançamento de débitos em receitas patrimoniais relativos ao exercício de 2004 como forma de se prevenir a decadência de acordo com o Memorando nº 420/MP anexado ao processo 04947.001171/2008-92.

Correção de divergências de nomes de 1.223 CPFs/CNPJs cujos nomes no cadastro do Siapa apresentavam alguma divergência quando comparado com o cadastro da Receita Federal do Brasil, com a finalidade de reduzir as inconsistências cadastrais para a Grande Emissão, conforme Memorando Circular nº 54/DECAP/SPU-MP, e mais 356 cadastros identificados posteriormente e corrigidos.

Análise e conclusão de todas as averbações de transferência e de requerimentos de isenção a partir de demandas da Central de Atendimento ao Público, além de atendimento as demandas judiciais.

Emissão de Certidão de Primeiro Ocupante, Certidão de Inscrição e Certidão de Quitação quando impossibilitada de ser emitida pelo site da SPU devido a débitos inscritos em dívida ativa.

Análise de notificações emitidas na Grande Emissão para imóveis cadastrados em nome de Prefeituras e Governos Estaduais, entre outros órgãos públicos, para avaliação de concessão de isenção que se enquadre no Art. 2º do Decreto-Lei nº 1.876 de 18 de julho de 1981.

Atendimento as demandas judiciais encaminhadas pela AGU, bem como da PFN quanto aos débitos inscritos em dívida ativa.

Análise de 3.985 créditos não alocados constituídos a partir de 1998 como parte do Projeto de Indicadores de Gestão conforme Nota Técnica nº 867/CGCOB/DEREP/SPU-MP e Memorando Circular nº 135/CGCOB/SPU resultando no total de 1.151 créditos alocados e 2.834 não alocados, após o recebimento de nova listagem pela unidade central, informamos que os mesmos se encontram em procedimento de análise conclusiva, que será informado no próximo mês um número exato.

Análise de 257 parcelamentos rescindidos por falta de pagamento e o seu envio de forma manual à Dívida Ativa da União com a finalidade de se evitar a prescrição como parte do Projeto de Indicadores de Gestão de acordo com Nota Técnica nº 867/CGCOB/DEREP/SPU-MP.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

A SPU utiliza uma gratificação de desempenho chamada GIAPU, com padrões determinados pela unidade central e fechamento dos resultados alcançados mensalmente.

No ano de 2014, a SPU/ES alcançou os seguintes resultados:

Índice Geral Anualizado - GIAPU 2014

UF	A executado	A meta	B executado	B meta	C executado	C meta	D executado	D meta	E executado	E meta	F executado	F meta
ES	6	20	147	60	81	73	1	1	6	6	R\$ 53.340.833,09	R\$ 49.817.736,61

Os 6 itens medidos na meta GIAPU são:

- A - Redução de Inconsistência Cadastral
- B – Fiscalização
- C - Destinação de Imóveis
- D - Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público
- E - Novo Registro SPIUnet – Imóveis de Uso Especial
- F – Arrecadação Patrimonial

Observa-se que o único item que o realizado não alcançou a meta foi à redução de inconsistência cadastral, pela dificuldade de se obter informações precisas sobre ocupantes de bens da União que foram cadastrados sem CPF ou CNPJ em época pretérita.

A fiscalização alcançou números bem superiores ao planejado porque foi influenciada por diversas demandas judiciais e do Ministério Público, e por denúncias.

Item 33 da Parte B do Anexo II

Os itens “vii.” quantidade de imóveis, por situação nos cadastros da SPU – totalizar por imóveis com e sem registro de identificação patrimonial – RIP; “ix.” montante da arrecadação de receitas patrimoniais obtidas com a gestão dos imóveis da extinta RFFSA (totalizar por tipo de receita); encontram-se no relatório de gestão da unidade central.

O item b) resumo das ações e resultados alcançados no exercício em relação à incorporação e destinação dos imóveis não operacionais da extinta RFFSA, além da informação contida no relatório de gestão da unidade central, possui ações desenvolvidas e resultados alcançados por esta UJ demonstrados da página 40 a 43 deste relatório.

- i. número de processos em trâmite na unidade (totalizando os de incorporação e os de destinação);

Incorporação – 184 processos

Destinação – 390 processos

Total - 574 processos

- ii. quantidade de imóveis, por tipo (totalizar por edificação e por terreno);

SPIUNET			
Quantidade de Imóveis Com Benfeitorias			
UF	Tipo Imóvel	Situação Incorporação	Quantidade
ES	Aeródromo	Incorporado	1
ES	Aeroporto	Incorporado	1
ES	Alfândega	Incorporado	1
ES	Apartamento	Incorporado	2
ES	Armazém	Incorporado	6
ES	Autarquia / Fundação	Incorporado	1
ES	Base	Incorporado	1
ES	Casa	Em Processo de Incorporação	1
ES	Casa	Incorporado	28
ES	Clube	Incorporado	1
ES	Complexo	Em Processo de Incorporação	1
ES	Conjunto	Incorporado	3
ES	Delegacia	Incorporado	8
ES	Edifício / Prédio	Incorporado	31
ES	Escola	Em Processo de Incorporação	1
ES	Escola	Incorporado	8
ES	Estação	Incorporado	1
ES	Faculdade	Incorporado	1

ES	Farol (farolete)	Incorporado	12
ES	Fazenda	Incorporado	3
ES	Forte	Incorporado	1
ES	Galpão	Incorporado	1
ES	Gleba	Incorporado	1
ES	Hospital	Incorporado	3
ES	Hotel	Em Processo de Incorporação	1
ES	Ilha (ilhota)	Em Processo de Incorporação	1
ES	Ilha (ilhota)	Incorporado	1
ES	Laboratório	Incorporado	1
ES	Loja	Incorporado	2
ES	Museu	Incorporado	1
ES	Outros	Incorporado	61
ES	Porto	Em Processo de Incorporação	1
ES	Quartel	Incorporado	4
ES	Reserva	Em Processo de Incorporação	3
ES	Reserva	Incorporado	1
ES	Residência	Em Processo de Incorporação	1
ES	Residência	Incorporado	6
ES	Sala	Incorporado	41
ES	Terreno	Em Processo de Incorporação	1
ES	Terreno	Incorporado	9
ES	Universidade	Incorporado	2

Fonte: SPIUnet

SPIUNET			
Quantidade de Imóveis Sem Benfeitorias			
UF	Tipo Imóvel	Situação Incorporação	Quantidade

ES	Gleba	Incorporado	7
ES	Quartel	Incorporado	7
ES	Reserva	Incorporado	8
ES	Terreno	Em Processo de Incorporação	3
ES	Terreno	Incorporado	28

Fonte: SPIUnet

SPIUNET			
Quantidade de Imóveis Total			
UF	Tipo Imóvel	Situação Incorporação	Quantidade
ES	Aeródromo	Incorporado	1
ES	Aeroporto	Incorporado	1
ES	Alfândega	Incorporado	1
ES	Apartamento	Incorporado	2
ES	Armazém	Incorporado	6
ES	Autarquia / Fundação	Incorporado	1
ES	Base	Incorporado	1
ES	Casa	Em Processo de Incorporação	1
ES	Casa	Incorporado	28
ES	Clube	Incorporado	1
ES	Complexo	Em Processo de Incorporação	1
ES	Conjunto	Incorporado	3
ES	Delegacia	Incorporado	8
ES	Edifício / Prédio	Incorporado	31
ES	Escola	Em Processo de Incorporação	1
ES	Escola	Incorporado	8
ES	Estação	Incorporado	1
ES	Faculdade	Incorporado	1

ES	Farol (farolete)	Incorporado	12
ES	Fazenda	Incorporado	3
ES	Forte	Incorporado	1
ES	Galpão	Incorporado	1
ES	Gleba	Incorporado	8
ES	Hospital	Incorporado	3
ES	Hotel	Em Processo de Incorporação	1
ES	Ilha (ilhota)	Em Processo de Incorporação	1
ES	Ilha (ilhota)	Incorporado	1
ES	Laboratório	Incorporado	1
ES	Loja	Incorporado	2
ES	Museu	Incorporado	1
ES	Outros	Incorporado	61
ES	Porto	Em Processo de Incorporação	1
ES	Quartel	Incorporado	11
ES	Reserva	Em Processo de Incorporação	3
ES	Reserva	Incorporado	9
ES	Residência	Em Processo de Incorporação	1
ES	Residência	Incorporado	6
ES	Sala	Incorporado	41
ES	Terreno	Em Processo de Incorporação	4
ES	Terreno	Incorporado	37
ES	Universidade	Incorporado	2

Fonte: SPIUnet

SIAPA		
Quantidade de Imóveis Com Benfeitorias		
UF	Tipo Imóvel	Quantidade
ES	GLEBA URBANA	579
ES	GLEBA URBANIZ	11
ES	LOTE	36188
ES	LOTE INDUSTRIAL	12
ES	NAO INFORMADO	6531

Fonte: SIAPA

SIAPA		
Quantidade de Imóveis Sem Benfeitorias		
UF	Tipo Imóvel	Quantidade
ES	GLEBA RURAL	4
ES	GLEBA URBANA	49
ES	GLEBA URBANIZ	6
ES	LOTE	2222
ES	LOTE INDUSTRIAL	3
ES	NAO INFORMADO	3447

Fonte: SIAPA

SIAPA		
Quantidade de Imóveis TOTAL		
UF	Tipo Imóvel	Quantidade
ES	GLEBA RURAL	4
ES	GLEBA URBANA	628
ES	GLEBA URBANIZ	17
ES	LOTE	38410
ES	LOTE INDUSTRIAL	15

ES	NAO INFORMADO	9978
----	---------------	------

Fonte: SIAPA

iii. quantidade de imóveis, por situação cadastral e viii. quantidade de imóveis por ocupação

SPIUNET ATIVO		
UF	SITUAÇÃO	QTD
ES	Em Processo de Incorporação	14
ES	Incorporado	294

Fonte: SPIUnet

SPIUNET INATIVO		
UF	SITUAÇÃO	QTD
ES	Em Processo de Incorporação	2
ES	Incorporado	36

Fonte: SPIUnet

SPIUNET INATIVO por Motivo de Cancelamento		
UF	SITUAÇÃO	QTD
ES	Duplicidade	14
ES	Erro de Cadastramento	3
ES	Mudança Jurisdição Município	1
ES	Regularização da Base	12
ES	Transferência de Domínio	8

Fonte: SPIUnet

SIAPA UTILIZAÇÃO ATIVA		
UF	UTILIZAÇÃO	QTD
ES	AFORAMENTO	25621
ES	OCUPACAO	23482

Fonte: SIAPA

SIAPA ATIVO	
UF	QTD
ES	49052

Fonte: SIAPA

SIAPA INATIVO	
UF	QTD
ES	8395

Fonte: SIAPA

SIAPA ATIVA SEM UTILIZAÇÃO	
UF	Quantidade
ES	76

iv. total do valor de avaliação dos imóveis sob responsabilidade da unidade;

SPIUNET	
UF	Valor Imóvel
ES	R\$ 2.824.854.176,58

Fonte: SPIUnet

SIAPA	
UF	Valor Imóvel
ES	R\$ 3.987.021.299,18

Fonte: SIAPA

v. quantidade de imóveis, por localização – totalizar por área rural e urbana;

SPIUNET			
UF	Situação Incorporação	Natureza Terreno	Quantidade
ES	Em Processo de Incorporação	Rural	2
ES	Em Processo de Incorporação	Urbano	12

ES	Incorporado	Rural	34
ES	Incorporado	Urbano	260

Fonte: SPIUnet

SIAPA		
UF	Natureza Terreno	Quantidade
ES	RURAL	50
ES	URBANO	49002

Fonte: SIAPA

- vi. quantidade de imóveis, por situação cartorial – totalizar por imóveis com e sem registro imobiliário;

SPIUNET – Imóveis com Matrícula		
UF	Situação Incorporação	Quantidade
ES	Em Processo de Incorporação	13
ES	Incorporado	293

Fonte: SPIUnet

SPIUNET – Imóveis sem Matrícula		
UF	Situação Incorporação	Quantidade
ES	Em Processo de Incorporação	1
ES	Incorporado	1

Fonte: SPIUnet

SIAPA – Imóveis com Matrícula		
UF	Quantidade	
ES	44	

Fonte: SIAPA

SIAPA – Imóveis sem Matrícula		
UF	Quantidade	
ES	49008	

Fonte: SIAPA

– O capítulo 4, relativo à Ambiente de Atuação, não se aplica à SPU, de acordo com informações repassadas pela unidade central.

– O capítulo 6, relativo a Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira está no Relatório de Gestão da unidade central, não se aplicando às superintendências.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

As informações 7.1.2 (Qualificação e capacitação da força de trabalho), 7.1.4 (Ações adotadas para identificar irregularidades), 7.1.5 (Riscos identificados na gestão de pessoas) e 7.1.6 (indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas) estão contidas no relatório de gestão da unidade central.

O item 7.2.3 (Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2) não pode ser realizada por esta UJ porque não gerencia esses contratos de terceirização de mão de obra, que coordenado e fornecido por meio da SAMF/ES, pertencente ao Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo.

As informações relativas ao item 7.2.4 (Contratação de Estagiários) serão prestadas pela Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em seu próprio relatório de gestão.

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 7 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		31		1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		8		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		2		
4. Total de Servidores (1+2+3)		40		1

Fonte: Unidade Central

*A informação autorizada não foi detalhada visto que o Ministério do Planejamento é formado por órgãos extintos.

Quadro 8 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		8		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		8		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		5		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		1		
1.2.4. Sem Vínculo		2		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas		13		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		11		1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		2		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		21		1

Fonte: Unidade Central

Quadro 9 – Custos do pessoal (Em Reais - R\$)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	1.480.741,44	85.770,10	1.621.501,23	80.989,06	148.783,65	57.752,47	0	0	6.785,40	3.482.323,35
	2013	1.440.269,68	83.440,96	1.454.717,81	85.008,89	146.302,11	54.080,50	-268,29	1.161,73	6.785,40	3.362.498,79
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	15.679,87	11.492,35	70.553,09	2.535,88						100.262,19
	2013	15.497,64	10.813,88	61.512,49	3.835,18						91.659,19
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	121.575,72		10.415,94	4.434,81	8.952		0			145.378,47
	2013	114.296,16		9.788,91	5.157,92	9.090		298,14			138.631,13
Servidores cedidos com ônus											

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Os itens 8.2.3 (Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UL) e 8.3 (Bens imóveis locados de terceiros) não se aplicam a esta UJ.

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Com base no Decreto nº 6403, de 17 de março de 2008;
- b) De grande valia para o alcance das metas desta SPU/ES, no que se refere ao deslocamento para realização de vistorias técnicas em áreas com fins de traçados da L.P.M.; imóveis de usucapião, próprios nacionais; fiscalizações de orlas, terrenos de marinha, acrescidos; reuniões municipais e demandas judiciais;
- c) A nossa frota se enquadra no item IV, do Art. 2º, do Dec. 6403, de 17/03/2008 - “veículos de serviços comuns”; Total: 05 veículos. d) 9.510 km (JAN/DEZ); e) 08 anos e 06 meses;
- f) Combustível: R\$ 12.719,37; Reparação periódica: R\$ 26.923,05; Seguro/Licenciamento: R\$ 1.216,37; Total geral: R\$ 40.859,15. g) Em análise na SPU/MP; h) Decisão advém da SPU/MP; I) Se for o caso, será determinado pela SPU/MP.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Não dispomos de frota contratada de terceiros até a presente data.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 12 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014 <i>até 31/12/2014</i>	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	SPU/ES	65	64
	Afonso Cláudio	1	1
	Alfredo Chaves	1	1
	Aracruz	2	2
	Atílio Vivácqua	1	1
	Barra de São Francisco	0	0
	Cachoeiro de Itapemirim	5	7
	Cariacica	1	1
	Colatina	3	4
	Conceição da Barra	2	1
	Conceição do Castelo	3	3
	Domingos Martins	3	3
	Dores do Rio Preto	1	0
	Guaçu	1	1
	Guarapari	2	1
	Ibatiba	0	1
	Ibiraçu	1	1
	Itapemirim	1	1
	João Neiva	1	1
	Linhares	4	0
Mimoso do Sul	2	2	
Montanha	1	1	
Pinheiros	1	0	

	Rio Novo do Sul	1	1
	São Mateus	1	1
	Serra	1	1
	Vila Velha	3	5
	Vitória	22	22
	Subtotal Brasil	65	64
	Total (Brasil + Exterior)		

Fonte: SPIUNET.

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 13 – Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Nº	Rip Imóvel	RIP Utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
1	5601000025007	5601000015001	EM REGULARIZAÇÃO - CESSÃO	Bom	Não	5/12/2013	907.829,72	0	0
2	5605000045000	5605000015004	CESSÃO PARA PREFEITURA	Bom	Não	3/11/2014	208.722,49	0	0
3	5611000165000	5611000025004	VAGO PARA USO	Bom	Não	6/2/2013	2.055.195,43	3.899,30	0
4	5611000185001	5611000195007	DOAÇÃO COM ENCARGO	Bom	Não	6/12/2013	3.741.851,90	0	0
5	5613000015005	5613000025000	LOCAÇÃO PARA TERCEIROS	Muito Ruim	Não	9/10/2013	21.085,13	0	0
6	5623000165004	5623000015002	ESBULHADO	Regular	Não	3/12/2013	3.787.157,42	0	0
7	5623000215001	5623000055004	DISPONÍVEL PARA ALIENAÇÃO	Regular	Não	5/12/2013	37.990,40	0	0
8	5623000225007	Rip's Relacionados	-	-	-	-	-	0	0
9	-	5623000075005	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	Não	27/11/2013	20.401.008,24	-	-
10	-	5623000285000	EM REGULARIZACAO - CESSÃO	Regular	Não	27/11/2013	37.472.339,21	-	-
11	5623000255003	5623000155009	CESSÃO A PREFEITURA	Bom	Não	5/8/2014	9.047.253,21	0	0
12	5623000265009	5623000275004	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Bom	Não	25/11/2013	2.003.704,81	0	0
13	5625000135004	5625000145000	CESSÃO PREFEITURA	Muito Ruim	Não	25/1/2013	591.039,01	0	0
14	5629000285009	5629000255002	EM REGULARIZAÇÃO - CESSÃO	Regular	Não	17/10/2014	3.136.102,08	0	0
15	5629000405004	5629000085000	DOAÇÃO COM ENCARGO	Regular	Não	18/2/2014	1.012.131,90	0	0
16	5629000475002	5629000015001	ESBULHADO	Regular	Não	17/10/2014	495.332,35	0	0
17	5631000085001	5631000035004	CESSÃO - ESTADO	Muito Ruim	Não	30/1/2014	35.204,69	0	0
18	5631000095007	Rip's relacionados	-	-	-	-	-	0	0

19	-	5631000105002	CESSÃO – ESTADO	Muito Ruim	Não	30/1/2014	26.444,37	-	-
20	-	5631000045000	EM REGULARIZACAO - CESSÃO	Regular	Não	30/1/2014	695.214,89	-	-
21	5633000045006	Rip's Relacionados	-	-	-	-	-	0	0
22	-	5633000085008	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	Não	14/10/201 3	659.998,98	-	-
23	-	5633000025005	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	Não	14/10/201 3	3.585.296,02	-	-
24	5633000055001	5633000015000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	Não	19/12/201 3	1.137.609,00	0	0
25	5633000095003	5633000105009	CESSÃO - PREFEITURA	Regular	Não	19/12/2013	389.889,24	0	0
26	5637000055004	5637000015002	CESSÃO - PREFEITURA	Regular	Não	14/3/2014	1.101.536,79	0	0
27	5637000085000	5637000025008	USO EM SERVIÇO PUBLICO	Regular	Não	10/12/2013	53.900,00	0	0
28	5637000095006	5637000105001	EM REGULARIZACAO CESSÃO	Regular	Não	6/10/2014	156.121,65	0	0
29	5639000035000	5639000045005	USO EM SERVIÇO PÚBLICO	Bom	Não	4/12/2014	23.291,91	0	0
30	5645000025009	5645000035004	EM REGULARIZAÇÃO - CESSÃO	Regular	Não	11/12/2013	70.676,41	0	0
31	5645000025009	5645000015003	VAGO PARA USO	Regular	Não	11/12/2013	781.647,59	0	0
32	5647000085008	5647000045006	CESSÃO ESTADO	Regular	Não	21/10/2014	266.600,00	0	0
33	5647000195008	5647000205003	VAGO PARA USO	Regular	Não	9/4/2014	250.402,68	36,79	0
34	5649000055008	5649000025001	Vago para uso	Reparos Importantes	Não	6/10/2014	1.117.087,95	155,30	0
35	5655000325000	5655000335005	EM REGULARIZACAO OUTROS	Bom	Não	25/2/2014	4.204.418,90	0	0
36	5721000025008	5721000015002	EM REGULARIZACAO CESSAO	Regular	Não	24/2/2014	13.380,00	0	0
37	5663000225006	566300005503	Em regularização Entrega	Regular	Não	1/12/2014	305.040.000,00	0	0
38	5663000235001	5663000035002	Em regularização	Regular	Não	1/12/2014	361.058.389,20	0	0

39	5663000415000	Ris's relacionados	Entrega	-	-	-	-	0	0
40	-	5663000565001	EM REGULARIZACAO CESSÃO	Regular	Não	25/11/2014	12.735.987,51	-	-
41	-	5663000425005	Em regularização Entrega	Regular	Não	25/11/2014	96.829.282,49	-	-
42	5663000615009	5663000625004	Doação com Encargo	Bom	Não	20/11/2014	1.168.614,00	0	0
43	5667000055006	5667000035005	EM REGULARIZACAO – CESSAO	Regular	Não	20/12/2013	251.653,74	0	0
44	5667000075007	5667000025000	VAGO PARA USO	Ruim	Não	20/12/2013	27.336,21	0	0
45	5669000025006	5669000015000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	Não	6/10/2014	536.958,49	0	0
46	5681000025005	5681000015000	Em regularização Entrega	Regular	Não	1/12/2014	36.384.586,62	0	0
47	5687000025004	5687000035000	USO EM SERVICO PUBLICO	Sem informação	Não	10/12/2013	16.400,00	0	0
48	5697000205000	5697000015006	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	Não	14/05/2013	232.964,38	0	0
49	5699000105001	5699000015002	ESBULHADO	Reparos importantes	Não	20/1/2014	1.245.604,65	0	0
50	5703000455004	5703000015004 Município de Vila Velha	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	Não	14/4/2014	2.761.485,62	0	0
51	5703000495006	5703000335009 Município de Vila Velha	ESBULHADO (INVADIDO)	Sem informação	Não	25/11/2013	57.596,00	0	0
52	5703000785004	5703000345004 Município de Vila Velha	ESBULHADO	Regular	Não	25/11/2013	4.098,50	0	0
53	5705002185000	5705000605002	VAGO PARA USO	Bom	Não	23/8/2013	296.222,23	0	0
54	5705002225002	5705001885009	CESSAO PREFEITURA	Bom	Não	5/9/2013	49.674.709,09	0	0
55	5705002295000	5705000655000	EM REGULARIZACAO ENTREGA	Reparos Importantes	Não	27/8/2013	8.847.184,36	3.701,36	0
56	5705002345008	5705001855002	EM REGULARIZACAO	Regular	Sim	17/9/2013	24.193.944,57	0	0

			ENTREGA						
57	570500245000	5705001825006	CESSÃO PREFEITURA	Regular	Não	22/10/2014	93.136,16	0	0
58	570500265007	5705000015000	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	11/9/2013	411.558,20	2.252,62	0
59	5705003415000	5705000215000	USO EM SERVIÇO PUBLICO	Regular	Não	31/10/2013	6.707.253,00	0	0
60	5705003475002	5705000495002	DISPONIVEL PARA ALIENAÇÃO	Sem valor	Sim	4/9/2013	189.858,35	324,93	0
61	5705003485008	5705004005000	ESBULHADO	Regular	Não	30/10/2013	517.754,01	0	0
62	5705003505009	5705000875000	ESBULHADO	Regular	Não	2/9/2013	182.178,31	0	0
63	5705003515004	5705000885005	ESBULHADO	Regular	Não	2/9/2013	83.221,57	0	0
64	5705003595008	5705000065008	VAGO PARA USO	Reparos importantes	Não	28/5/2014	80.207,25	164,29	0
65	5705 00368.500-7	Rip's relacionados	-	-	-	-	-	1.117.001,03	0
66	-	5705001945001	EM REGULARIZAÇÃO ENTREGA	Bom	Não	30/8/2013	44.694,67	-	-
67	-	5705000135006	ENTREGUE SEDE DA SPU/ES	Bom	Não	30/8/2013	1.884.832,47	-	-
68	5705003725009	5705000335005	CESSÃO PREFEITURA	Regular	Sim	22/10/2014	995,146,72	0	0
69	5705003775006	5705000245006	CESSÃO PREFEITURA	Bom	Não	5/9/2013	7.569.077,06	0	0
70	5705003945009	Rip's Utilização relacionados	-	-	-	-	-	322.902,51	0
71	-	5705003955004	ENTREGUE USO DA SPU/ES	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	332.450,08	-	-
72	-	5705004345005	ENTREGUE USO DA SPU/ES	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	382.761,58	-	-
73	-	5705004355000	ENTREGUE USO DA SPU/ES	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	446.862,71	-	-
74	-	5705004555000	ENTREGUE USO DA SPU/ES	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
75	-	5705004565005	ENTREGUE USO DA SPU/ES	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-

76	-	5705004575000	ENTREGUE USO DA SPU/ES	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
77	-	5705004385007	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	446.862,71	-	-
78	-	5705004395002	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	446.862,71	-	-
79	-	5705004405008	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	446.862,71	-	-
80	-	5705004415003	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	446.862,71	-	-
81	-	5705004425009	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	446.862,71	-	-
82	-	5705004435004	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	454.506,85	-	-
83	-	5705004455005	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
84	-	5705004465000	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
85	-	5705004475006	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
86	-	5705004485001	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
87	-	5705004495007	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.347,32	-	-
88	-	5705004505002	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
89	-	5705004515008	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
90	-	5705004525003	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
91	-	5705004535009	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
92	-	5705004545004	VAGO PARA USO	Reparos Importantes	Não	16/1/2015	7.721,54	-	-
93	5705003965000	5705003975005	EM REGULARIZACAO CESSÃO	Regular	Não	23/8/2013	208.640,79	0	0
94	5705004015005	5705004025000	EM REGULARIZACAO OUTROS	Bom	Não	3/9/2013	1.967.526,18	0	0
95	5705004035006	Rip's relacionados	-	-	-	-	-	0	0
96	-	5705004045001	CESSÃO A PREFEITURA	Regular	Sim	12/3/2014	4.347.289,64	0	0
97	-	5705004865009	EM REGULARIZACAO CESSÃO	Regular	Não	12/3/2014	232.598,41	-	-

98	-	5705004845008	ESBULHADO	Regular	Não	12/3/2014	25.752,80	-	-
99	-	5705004855003	ESBULHADO	Regular	Não	12/3/2014	242.762,29	-	-
100	-	5705004875004	ESBULHADO	Regular	Não	12/3/2014	141.701,79	-	-
10	5705004135000	5705004145006	CESSÃO ONEROSA	Bom	Não	30/8/2013	638.283,73	0	0
102	5705004155001	5705004165007	CESSÃO ONEROSA	Bom	Não	14/11/2013	38.645.455,04	0	0
103	5705004885000	5705004895005	Em regularização - Entrega	Regular	Não	30/12/2014	2.196.270,63	0	0
Total								1.450.438,13	0

Fonte: SPIUnet

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O item 9.1 está no Relatório de Gestão 2014 da unidade central.

De acordo com a unidade central, as informações relativas à Gestão de TI estão contempladas no Relatório de Gestão da Unidade Central, que consolida e apresenta análise das ações de TI empreendidas no ano de 2014 em apoio aos processos finalísticos da Secretaria do Patrimônio da União, no que tange aos segmentos de Sistemas de Informação, Infraestrutura Tecnológica e Gestão da Informação, a fim de garantir o apoio necessário no cumprimento da missão institucional da SPU.

No Relatório estão identificados os principais sistemas computacionais utilizados no apoio aos processos finalísticos da SPU e suas funções.

SIAPA – Sistema Integrado de Administração Patrimonial - principal sistema da SPU, responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis dominiais da União (Terrenos de marinha, Acrescidos, Marginais de Rios, Nacionais Interiores, etc.).

CIF – Controle de Imóveis Funcionais - responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis funcionais da União destinados à moradia de servidores públicos no Distrito Federal (Administração Pública Federal Direta e Indireta).

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - com o SIAPA este é um dos mais importantes sistemas da SPU, responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis de Uso Especial da União (Administração Pública Federal Direta e Indireta). As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos bens, das destinações vinculadas a esses imóveis, e das Unidades Gestoras vinculadas a essas destinações.

SARP – Sistema de Arrecadação de Receitas Patrimoniais - sistema herdado pela SPU devido à extinção da RFFSA e é responsável por fornecer funcionalidades para gestão financeira dos contratos alienação e permissão de uso (locação).

SSD – Sistema de Suporte à Decisão da SPU - sistema concebido para suprir uma deficiência dos principais sistemas da SPU que não possuem módulo de relatórios operacionais. Ele permite a extração de dados das bases do SIAPA e do SPIUnet para confecção de relatórios táticos e operacionais diversos.

FIGEST – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica - sistema que visa dar suporte às ações de planejamento estratégico e consiste numa suíte de módulos que possibilita o gerenciamento das informações referentes aos atos de gestão a SPU, bem como para o estabelecimento e acompanhamento das ações referentes ao Plano de Ação Nacional da SPU e das ações vinculadas ao órgãos de controle.

Indicadores de Gestão (BI) - sistema que visa dar suporte à análise gerencial dos fatos e resultados relacionados à gestão do patrimônio da União. Ele disponibiliza relatórios customizados de indicadores e metas, painéis de controle de informações, entre outros, relativos aos macroprocessos da SPU, com o objetivo de fornecer os elementos necessários à tomada de decisão.

SISREI – Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis - sistema que busca automatizar o processo de solicitação de imóveis da união realizado por outros órgãos ou entidades públicas.

– O capítulo 10, relativo à Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental não se aplica a esta UJ, por não existir nenhuma ação de nossa responsabilidade. A administração do prédio onde se encontra esta UJ está sob responsabilidade da SAMF/ES, pertencente ao Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo.

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Os itens 11.2, 11.3, 11.4 e 11.5 estão no RG da unidade central, não se aplicando a esta Superintendência.

Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 14 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa: Superintendência do Patrimônio da União no ES	Código SIORG				
	18952				
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.194/2012-9	3947/2013-2ª Câmara	9.1.1	D	Ofício 1207/2014-TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade e Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG				
Tribunal de Contas da União	03517				
Descrição da Deliberação					
Buscar parcerias com entidades Estaduais e Municipais visando o compartilhamento de bases cartográficas que permitam a demarcação de terrenos de marinha no litoral do Espírito Santo					
Providências Adotadas					
Setor Responsável	Código SIORG				

pela Implementação	
SPU/ES	18952
Síntese da Providência Adotada	
Apesar de não ter formalizado convênios, a SPU/ES troca informações de forma rotineira com entidades Estaduais, Municipais e Federais e está em processo para formalizar novo Termo de Cooperação Técnica com órgão estadual de defesa agropecuária – IDAF	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Por exemplo, em nosso último procedimento demarcatório, de todo o município de Aracruz, foi desenvolvido com base em fotos aéreas de 1971, disponibilizadas pelo IDAF. Todas as vezes que necessitamos deste tipo de material técnico junto a qualquer um desses municípios e se as Prefeituras que os detêm, esses nos são disponibilizados sem maiores dificuldades. O problema é encontrar esse material com qualidade técnica e antiguidade necessários aos trabalhos de demarcação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
É importante ressaltar que o compartilhamento da base cartográfica é apenas uma pequena parte para demarcação da LPM. O quantitativo de pessoal reduzido e a própria legislação são as principais causas da morosidade das demarcações.	

Fonte: SPU/ES

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa: Superintendência do Patrimônio da União no ES	Código SIORG				
	18952				
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	019.194/2012-9	3947/2013-2ª Câmara	9.1.3	D	Ofício 1207/2014-TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade e Objeto da Determinação	Código SIORG				

e/ou Recomendação	
Tribunal de Contas da União	03517
Descrição da Deliberação	
Cancelar, no prazo de 12 (doze) meses, contados da ciência desta deliberação, os créditos prescritos, com a anotação da respectiva ocorrência no sistema.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SPU/ES	18952
Síntese da Providência Adotada	
Após análise de listagem dos créditos prescritos informada pelo TCU, verificou-se que diversos desses créditos já haviam sido prescritos pelo Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA, que faz isso automaticamente. Além disso, os demais débitos foram cancelados por erro de cadastro, conforme preconiza a Instrução Normativa SPU 01/2007.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Cancelamento dos créditos prescritos no sistema, de acordo com a relação do TCU.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A não identificação de alguns ocupantes faz com o que o sistema não cancele as prescrições por falta de responsável. O acerto total do cadastro, algo bem mais complexo, facilitaria o controle automático das prescrições pelo sistema.	

Fonte: SPU/ES

Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 15 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa	Código SIORG				
Superintendência do Patrimônio da União no ES	18952				
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019/194/2012-9	3947/2013-2 ^a	9.1.2	D	
Órgão/Entidade e Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG				
Tribunal de Contas da União	03517				
Descrição da Deliberação					
Apresentar no prazo de 180 dias plano de ação para saneamento do cadastro de imóveis que não contêm dados de CPF/CNPJ					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG				
Superintendência do Patrimônio da União no ES	18952				
Justificativa para o seu não Cumprimento: Os 726 imóveis remanescentes foram cadastrados em épocas pretéritas, a maioria antes de 1960, quando ainda não estavam implantados os sistemas de CPF/CNPJ. Ainda tentamos obtê-los junto aos Cartórios de RGI, bem como junto às Prefeituras, através					

de Certidões de Tempo de Cadastro, porém estas ou não são enviadas ou não apresentam os CPFs/CNPJs, dificultando em muito todo o processo.

Mesmo assim, foi elaborado um Plano de Providências para eliminar essas inconsistências até o ano de 2019.

Em média, a meta é acertar algo em torno de 142 cadastros por ano.

Setor Responsável pela Implementação: Secretaria do patrimônio da União no ES.

Fonte: SPU/ES

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os demais itens deste capítulo estão contidos no Relatório de Gestão da unidade central.

12.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLA
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGEOR
Coordenação de Contabilidade - CCONT
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 2º andar, CEP 70.040-906 – Brasília/DF
Telefones: (61) 2020.4087 - E-mail: ccont.cgpof@planejamento.gov.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR
Superintendência do Patrimônio da União/ES
UG/GESTÃO: 170104/00001

PLENA

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, e com base na Conformidade de Registro de Gestão, refletem adequadamente a situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta prestação de contas.

Declaro ainda que, durante o exercício de 2014, não houve execução orçamentária e financeira nessa unidade.

Esclareço que o Superávit/Déficit Patrimonial, apresentado nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Superintendências do Patrimônio da União, conforme Memorando nº 276/SPU/MP, de 12 de março de 2015, decorreu: pelas transferências de imóveis entre unidades gestoras e da destinação realizada pela Secretaria para apoiar outros órgãos da Administração Pública; das ações de regularização de base cadastral; dos registros e contabilização no sistema de novos imóveis de Uso Especial, adquiridos pela União, por meio de modalidades variadas (aquisição, recebimento em doação, desapropriação, sucessão por extinção de entidades federais entre outras); das ações de correções cadastrais, tanto nos valores de metragem quadrada dos imóveis, quanto na correção das áreas, após novas avaliações.

Informo que no SIAFI não estão disponibilizados os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília - DF, março de 2015.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

Marlene Cavalcante Gomes

Coordenadora

CCONT/CGEOF/SPOA/SE/MP

CRC-DF: 016693/O

Documento assinado eletronicamente por **MARLENE CAVALCANTE GOMES**,
Coordenadora, em 16/03/2015, às 11:21.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://seimp.planejamento.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organizacao_acesso_externo=0], informando o código verificador **0018005** e o código CRC **0B597D1D**.

– O capítulo 13, relativo a outras informações sobre a gestão, não foi utilizado porque todas as informações essenciais sobre a gestão estão especificadas nos demais itens deste relatório.

Não constam considerações finais.

Não constam anexos e apêndices.